



DIAGNÓSTICO DO MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO NORTE

Convênio de Cooperação Financeira entre a Fundação Banco do Brasil e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Projeto 6.102

Projeto: “Emprego e Renda no Estado do Rio Grande do Norte: análises e disseminação de informações”

Julho de 2007

DIEESE**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Direção Nacional

João Vicente Silva Cayres – Presidente - SIND Metalúrgicos ABC

Carlos Eli Scopim – Vice-presidente - STI Metalúrgicas Mecânicas Osasco

Tadeu Moraes de Sousa – Secretário- STI Metalúrgicas São Paulo Mogi Região

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Relações Sindicais

Claudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

Convênio de Cooperação Financeira entre a Fundação Banco do Brasil e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Projeto 6.102

Ficha Técnica

Coordenação

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional pelo Projeto
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa Financeira
Ana Margarete Simões– Coordenação do Projeto

Equipe Técnica¹

Apoio Administrativo

Gilza Gabriela de Oliveira
Lívia Lemos
Maria Neuma Brito
Paula Rafaela de Souza Alves

Entidade Executora

DIEESE

Financiamento

Fundação Banco do Brasil
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

¹ Outros profissionais que não foram aqui listados participaram da execução do projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA ECONOMIA POTIGUAR	7
3. INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO NORTE	11
<i>3.1 Características da Força de Trabalho com Foco no Estado</i>	11
<i>3.1.1 Introdução</i>	11
<i>3.1.2 Evolução Estrutural do Mercado de Trabalho</i>	17
<i>3.1.2.1 Introdução</i>	17
<i>3.1.2.2 Ocupação</i>	19
<i>3.1.2.2.1 Atributos Pessoais</i>	19
<i>3.1.2.2.2 Posição na Ocupação</i>	21
<i>3.1.2.2.3 Setor de Atividade Econômica</i>	22
<i>3.1.2.2.4 Contribuição a Instituto de Previdência</i>	23
<i>3.1.2.2.5 Associação a Sindicato</i>	25
<i>3.1.2.2.6 Remuneração</i>	26
<i>3.1.2.2.7 Jornada de Trabalho e Estabilidade no Emprego</i>	28
<i>3.1.2.3 Desemprego</i>	30

3.2 Características da Força de Trabalho com Foco nas Microrregiões Potiguaras	31
<i>3.2.1 Introdução</i>	31
<i>3.2.2 A Geografia e Economia das Microrregiões</i>	31
<i>3.2.3 O Emprego Formal</i>	37
<i>3.2.3.1 Movimentação do Emprego Formal</i>	37
<i>3.2.3.2 Atributos Pessoais</i>	41
<i>3.2.3.3 Setor de Atividade Econômica</i>	45
<i>3.2.3.4 Remuneração</i>	50
<i>3.2.3.5 Jornada de Trabalho e Estabilidade no Emprego</i>	54
4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E RENDA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE	57
4.1 As Políticas Públicas de Emprego e Renda no Brasil	57
<i>4.1.1 Resultados dos Principais Programas e Ações Direcionadas ao Mercado de Trabalho</i>	60
4.2 Experiências de Políticas Públicas de Emprego e Renda no Rio Grande do Norte	63
<i>4.2.1 Principais Programas/Ações Executadas pelo Governo do Rio Grande do Norte por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social - SETHAS</i>	64
<i>4.2.2 Informações sobre Programas/Ações voltados para o Mercado de Trabalho Desenvolvidos por algumas Secretarias/Órgãos/Instituições Públicas</i>	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
ANEXOS	79

APRESENTAÇÃO

O presente relatório é resultado da execução do projeto intitulado “Emprego e Renda no Estado do Rio Grande do Norte: análise e disseminação de informações”, realizado por meio de convênio institucional entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e a Fundação Banco do Brasil.

Tem por objetivo diagnosticar o mercado de trabalho no Rio Grande do Norte com base em estatísticas disponíveis e confiáveis, utilizando fundamentalmente os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), além disso, complementa-se as informações com pesquisa direta nas instituições responsáveis pela elaboração/implementação de políticas públicas, bem como as informações qualitativas obtidas por meio de seminários com os diferentes atores sociais com base na metodologia do diálogo social.

O conteúdo do relatório está estruturado em capítulos. O primeiro deles trata dos aspectos gerais da formação do território e da economia potiguar, o qual apresenta sucintamente elementos históricos da formação econômica e dos traços da população, que culminaram no povoamento e concentração da população em determinadas áreas daquela unidade da Federação. O segundo capítulo mostra os indicadores gerais do mercado de trabalho do estado do Rio Grande do Norte obedecendo as limitações de desagregação territorial das bases estatísticas disponíveis. O capítulo seguinte trata das políticas públicas de emprego e renda no Brasil e no Rio Grande do Norte.

1. INTRODUÇÃO

O processo de abertura da economia brasileira e sua inserção, cada vez maior, na economia internacional, provocaram diversas mudanças tecnológicas e organizacionais que foram sendo introduzidas na estrutura produtiva do País, a partir do início da década de 1990. Essa abertura ocorreu sem que uma parte das empresas nacionais estivesse preparada para enfrentar a concorrência dos produtos importados, ao contrário, muitas delas funcionavam sob uma base tecnológica ultrapassada e com pouca capacidade de investimento. Um dos resultados dessa dinâmica foi o fechamento de várias unidades produtivas. Aquelas empresas que tiveram condições de investir em inovações tecnológicas e organizacionais encontraram, nos constantes incrementos de produtividade do trabalho, motivos para reduzir seus quadros funcionais. O crescimento acelerado do contingente de desempregados foi mais um resultado desse processo de reestruturação produtiva.

Nos anos subseqüentes, a economia nacional se mostrou incapaz de absorver o contingente crescente de pessoas em busca de uma ocupação, o que levou à deterioração das condições de trabalho, elevando a precarização com a geração de postos de trabalho com vínculos mais vulneráveis e com menores remunerações.

Um conjunto de ações surgiu no sentido de minimizar o problema do desemprego ao longo das últimas décadas, mas, de forma bastante fragmentada, sendo que nos últimos anos constatam-se tentativas de sintonizar as políticas públicas no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, por parte do Governo Federal, com as iniciativas das demais esferas de governo, e também com as alternativas criadas por organizações da sociedade civil e por representações tanto empresariais quanto sindicais. Deste modo, o debate não se esgota, ao contrário, novas formas de debate vão se agregando, como é o caso do diálogo social.

Segundo DIEESE (2006), o diálogo social tem sido apontado como um importante instrumento para discutir alocação de recursos públicos e possibilidades de desenvolvimento econômico e social. Todavia, esta prática ainda está se estruturando no Brasil, principalmente nas questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Com o propósito de ampliar o conhecimento sobre a questão apontada, compreender a estrutura do mercado de trabalho, o território no qual os trabalhadores estão inseridos, e a dinâmica da economia regional é fundamental para a indicação de ações que venham minimizá-la. É exatamente para suprir essa necessidade que este diagnóstico foi elaborado.

2. ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA ECONOMIA POTIGUAR

Historicamente, a economia do Rio Grande do Norte, como a dos demais estados brasileiros e, principalmente, do Nordeste, no período colonial, se desenvolveu sobre um modelo agroexportador. A primeira atividade econômica de relevância no estado foi o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de açúcar, regionalmente localizadas na costa litorânea.

Para Francimar e Lima [s/d], a pecuária bovina, inicialmente de caráter menos relevante foi ganhando volume, sendo considerada a atividade que impulsionou a ocupação do interior do estado. Derivou dessa atividade o registro da criação das primeiras unidades industriais no interior, com o surgimento das oficinas de carne seca, por volta de meados do século XVIII.

Nesse mesmo período, a atividade algodoeira no Rio Grande do Norte, que vinha sendo desenvolvida de forma mais incipiente, se expande e ganha expressão, quando, por conta da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, ocupou posição de destaque no fornecimento de matéria-prima para a indústria têxtil européia, o que freou a expansão da pecuária. Com isso, implantam-se as bases para o desenvolvimento da indústria têxtil no estado, que chega ao auge nos anos 1950-60.

Foi nessa época que se intensificaram as políticas focadas no desenvolvimento industrial, sustentadas pelas ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), consolida-se a importância da indústria de transformação na estrutura econômica do estado, a partir do crescimento da indústria sucroalcooleira, da construção civil, da indústria têxtil, da mineração, além da expansão de outras atividades como a cultura e o beneficiamento da castanha de caju e do segmento pesqueiro (op. cit.).

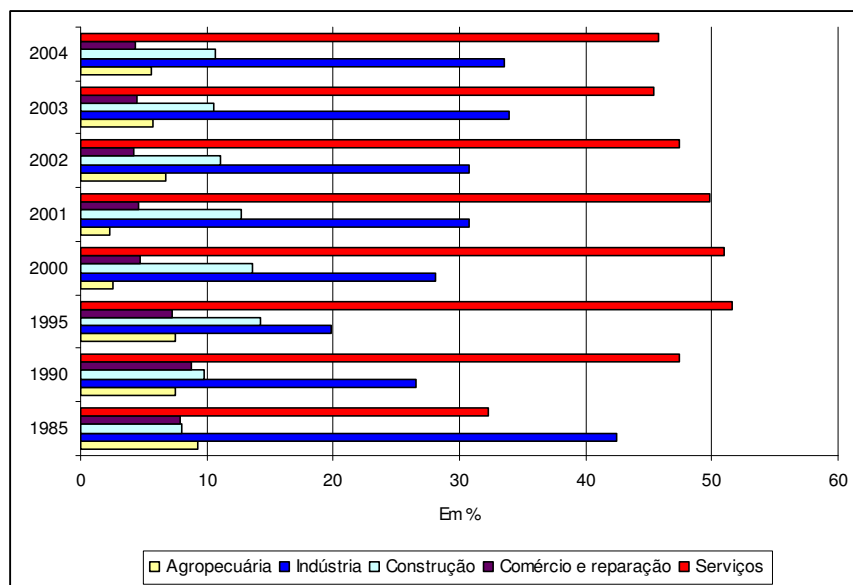
Nos últimos 20 anos, a estrutura econômica no estado se altera mais uma vez, com o setor terciário passando a gerar a maior parte da riqueza e despontando como a principal fonte de ocupação, destaque conquistado, em certa medida, pela desestruturação do parque industrial em nível nacional. Atividades como a administração pública, comércio e turismo ganham destaque na

economia. O crescente desenvolvimento tecnológico levou à modernização e industrialização da agricultura e, também, à modernização industrial. O primeiro movimento expulsou muitos trabalhadores do campo que, a procura de melhores oportunidades de emprego, mudaram-se, inicialmente para as cidades próximas mais desenvolvidas e, depois, migraram para o eixo metropolitano, onde a atividade industrial se expandia.

Estes movimentos aceleraram o processo urbanização das cidades e, principalmente, das capitais, nas décadas de 1970-80. O desenvolvimento das atividades industriais, a partir desse período, culminando com a reestruturação produtiva e organizacional que se deu, especialmente, na década de 1990, levou às mudanças na estrutura econômica do estado, com a expansão e diversificação das atividades de serviços, setor que atualmente responde pela maior parte da riqueza gerada (Gráfico 1). Felipe, Carvalho e Rocha (2006) afirmam ser evidente que estes movimentos ocorreram, em menor ou em maior grau, mais cedo ou mais tarde, em toda economia mundial.

GRÁFICO 1

Evolução da participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos. Rio Grande do Norte, 1985-2004.

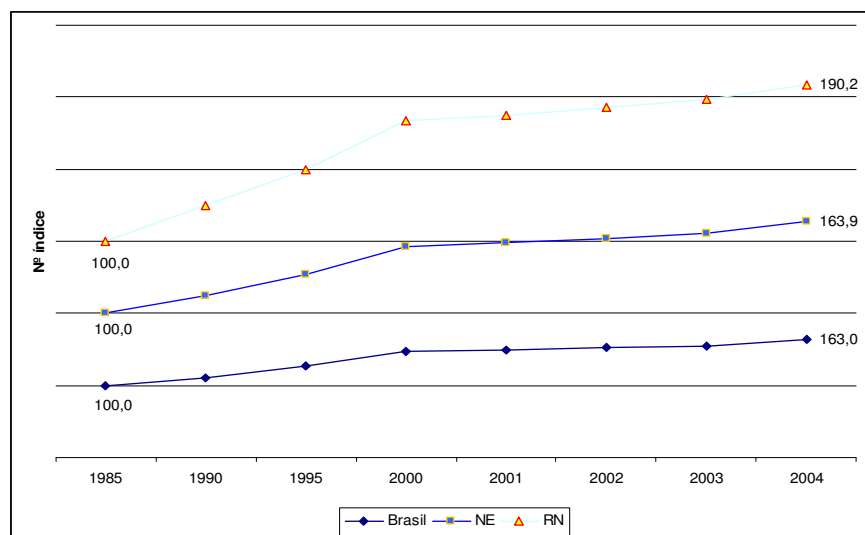


Fonte: IBGE.Contas Regionais
Elaboração: DIEESE

Atualmente, a atividade econômica do Rio Grande do Norte, de modo geral, apresenta ritmo de expansão econômica superior ao Brasil e à região Nordeste. (Gráfico 2)

GRÁFICO 2

Evolução do índice de volume do valor adicionado bruto.
Brasil, Região Nordeste e Rio Grande do Norte, 1985-2004.



Fonte: IBGE.Contas Regionais
Elaboração: DIEESE

Algumas atividades, além das tradicionais do setor de serviços, assumem fundamental importância para o desenvolvimento econômico do estado, entre elas tem-se a atividade de extração mineral com destaque para o petróleo, gás natural e sal. O Rio Grande do Norte é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil, primeiro em extração terrestre. A importância dessa atividade está não apenas na produção, mas também no pagamento de *royalties*, que, no ano de 2005, somaram aproximadamente R\$ 7,2 bilhões, conforme Felipe, Carvalho e Rocha (2006). É muito significativo para uma economia cujo produto em 2004 foi de R\$ 15,9 bilhões².

O estado também é o maior produtor nacional de sal marinho, atividade que, apesar de estar passando por um período de declínio, assume grande importância econômica, principalmente, por movimentar em seu entorno uma rede de comércio e serviços, em especial serviços de carregamento e transporte³. Além disso, encontra-se relevância econômica para a extração de granitos, mármore, calcário, caulim, gemas etc.

² IBGE, Contas Regionais, 2004.

³ Informação obtida em entrevista com o diretor-presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte – FAPERN, geógrafo e professor José Lacerda Alves Felipe.

O setor agropecuário vem se destacando, e uma das atividades que desde a segunda metade da década de 1980 se expande no estado é a fruticultura irrigada. Principalmente a produção de melão, banana, manga, mamão e melancia. Produtos que estão entre os principais itens da pauta de exportação do estado. Na região Açu/Mossoró pode-se encontrar um Pólo de Fruticultura Irrigada onde concentra a maior parte das agroindústrias processadoras dos frutos. Nesta cadeia também estão os assentamentos onde os agricultores, integrados à produção das agroindústrias, conseguem escoar sua produção a preços mais baixos do que obteriam se comercializassem diretamente ao consumidor final.

Segundo dados da Secretaria do Planejamento do Estado (2002), a fruticultura é a atividade que mais gera postos de trabalho no Rio Grande do Norte. No que tange a relação emprego gerado/hectare, são dois empregos gerados por hectare cultivado. Além da fruticultura irrigada, culturas tradicionais do setor primário como do abacaxi e da castanha de caju vêm se ampliando. Já a pecuária bovina e a produção de cana-de-açúcar, atividades também tradicionais do setor primário no estado, estão em declínio. Entretanto, no que tange à cana-de-açúcar, as perspectivas são mais positivas, diante da importância relativa assumida recentemente pelos biocombustíveis na matriz energética. Em função disso, a indústria do álcool, após sofrer declínio, atualmente tem expectativas econômicas promissoras.

A pesca, a caprinovinocultura e a produção de mel de abelha também são atividades que apresentam boas perspectivas. A carcinicultura é uma das atividades de maior destaque nos últimos anos. Apesar da polêmica ambiental causada pela forma de criação dessa espécie, e apesar da sua sensibilidade às flutuações cambiais, o Rio Grande do Norte é o maior produtor nacional de camarão, e este é o segundo produto em importância na pauta de exportação do estado. O cultivo de camarão só perde em geração de empregos para a fruticultura. A relação é de um posto de trabalho gerado/hectare de viveiro em operação (op. cit.).

Dentre as atividades industriais de expressão econômica no estado está a tradicional indústria têxtil que, junto com a indústria do vestuário, encontra-se em fase promissora. Não menos importante, a produção de alimentos, em especial a confeitaria, tem despontado recentemente como importante atividade econômica no estado (idem). Outras atividades que vêm ganhando importância econômica

nos últimos anos são: a construção civil e o turismo. Estas são atividades importantes na medida em que são intensivas em uso da força de trabalho.

3. INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO NORTE

3.1 Características da Força de Trabalho com Foco no Estado

3.1.1 Introdução

O Rio Grande do Norte tem uma população de 2,7 milhões de pessoas com 10 anos de idade ou mais, ou seja, aproximadamente 90% da sua população encontram-se em idade ativa. Dentre as pessoas de 10 anos ou mais de idade, 51,5% compõem, como ocupados ou desempregados, o mercado de trabalho no estado, determinando assim a taxa de participação global, que indica a intensidade de participação do conjunto da população em idade ativa efetivamente disponível no mercado de trabalho, conforme pode ser observado na Tabela 1.

As mudanças ocorridas na década de 1990, com o processo de reestruturação produtiva e organizacional, implicaram, em grande parte, na drástica redução de postos de trabalho, o que alterou sobremaneira a estrutura da População Economicamente Ativa (PEA) no que tange à relação entre ocupados e desempregados. Os postos de trabalho gerados nos anos subsequentes não foram suficientes para absorver toda a demanda, elevando assim o número de desempregados e, por conseguinte, a taxa de desemprego. Atualmente, a taxa de desemprego⁴ no Rio Grande do Norte alcança 10,6% da população economicamente ativa, percentual acima da verificada para o Nordeste, que é de 9,0%.

Observada sob a perspectiva de gênero, a estrutura do mercado de trabalho no Rio Grande do Norte se mostra bastante heterogênea. Dos mais de 1,26 milhões de ocupados existentes no estado, menos de 40% são mulheres. Em parte, isto se explica pelo fato de 58,6% das mulheres de 10 anos ou mais estarem na inatividade. Mas, outros indicadores mostram que a mulher enfrenta maior dificuldade de colocação no mercado de trabalho potiguar. Apesar dessa situação não diferir muito da observada no Brasil, o desemprego atinge mais fortemente as pessoas do sexo feminino – 14,3% da população economicamente ativa - muito acima daquela observada para as pessoas do sexo masculino, 8,1%. (Tabelas 1 e 2)

⁴ A Taxa de desemprego é calculada a partir da seguinte fórmula: taxa de desemprego = nº de desempregados / PEA x 100.

TABELA 1

Estimativa da população total, população em idade ativa, população economicamente ativa, inativos de 10 anos ou mais, e taxas de participação e desemprego por sexo.
Rio Grande do Norte, 2005.

(em 1.000 pessoas)

Características da População	Total		Homem		Mulher	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
População Total	3.006,3	100,0	1.471,7	49,0	1.534,6	51,0
População em Idade Ativa – PIA	2.732,7	100,0	1.333,1	48,8	1.399,5	51,2
População Economicamente Ativa - PEA	1.407,5	100,0	828,4	58,9	579,1	41,1
Desempregados	149,7	100,0	66,9	44,7	82,8	55,3
Ocupados	1.257,9	100,0	761,5	60,5	496,3	39,5
Inativos de 10 anos ou mais	1.325,1	100,0	504,7	38,1	820,4	61,9
Taxa de participação (PEA/PIA)		51,5		62,1		41,4
Taxa de desemprego		10,6		8,1		14,3

Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Com base nas informações disponíveis para os atributos pessoais dos ocupados no Rio Grande do Norte constata-se que a maioria dos ocupados é do sexo masculino (60,5%) e têm de 25 a 59 anos, representando cerca de 70,0% da força de trabalho ocupada. A distribuição dos ocupados por anos de estudo mostra sua baixa escolarização – aproximadamente 57% não têm nem o primeiro grau completo e apenas 5,7% dos ocupados têm 15 anos ou mais de estudo. Ainda com base na Tabela 2, os dados indicam que apesar da baixa escolarização da população ocupada, 93,5% têm 25 anos ou mais de idade. Uma explicação para esta distribuição pode ser encontrada nos baixos rendimentos familiares obrigando a entrada precoce de jovens no mercado de trabalho, resultando em abandono ou baixo rendimento escolar.

TABELA 2
Distribuição dos ocupados segundo atributos pessoais.
Rio Grande do Norte, 2005.

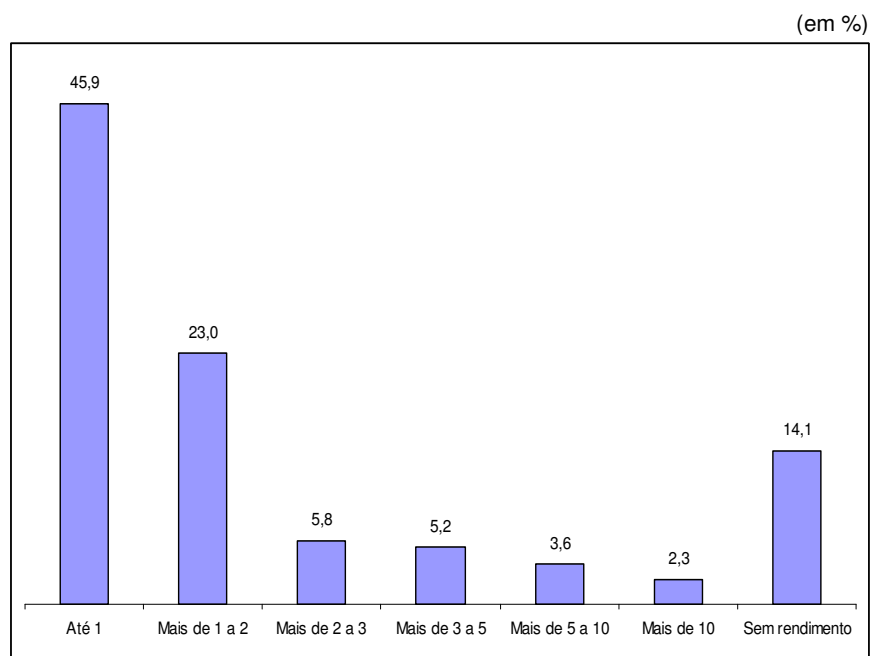
Atributos Pessoais	%
Sexo	100,0
Homens	60,5
Mulheres	39,5
Faixa Etária	100,0
De 10 a 14 anos	2,9
De 15 a 17 anos	3,6
De 18 a 24 anos	17,6
De 25 a 39 anos	38,9
De 40 a 59 anos	30,6
60 anos ou mais	6,4
Nível de Instrução (em anos de estudo)	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	14,3
1 a 3 anos	15,9
4 a 7 anos	26,4
8 a 10 anos	14,2
11 a 14 anos	23,5
15 anos ou mais	5,7

Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

Os estudos sobre rendimento e escolaridade têm mostrado que há uma forte associação entre estas duas variáveis, embora não se tenha informações para outras variáveis positivamente correlacionadas com a escolaridade que podem afetar o nível de rendimento dos ocupados. O Gráfico 3 mostra a distribuição dos ocupados por faixas de rendimento mensal de todos os trabalho, expressas em salários mínimos. Nota-se que os rendimentos são muito baixos e que o valor do salário mínimo nacional tem um papel importante na ordenação destes rendimentos, já que aproximadamente 75% dos ocupados recebem até três salários mínimos e, cerca de 46% recebem até um salário mínimo.

GRÁFICO 3

Distribuição dos ocupados por faixas de rendimento mensal de todos os trabalhos (em salários mínimos). Rio Grande do Norte, 2005.



Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Obs.: A categoria "sem rendimento" inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Essa distribuição de renda encontra parcialmente explicação na distribuição da escolaridade dos ocupados. Como pode ser visto na Tabela 3, esta situação se agrava para os níveis mais baixos de escolaridade, ou seja, aproximadamente 84% dos ocupados sem instrução e menos de 1 ano de estudo ganham até 1 salário mínimo ou não auferem nenhuma remuneração monetária.

TABELA 3

Distribuição dos ocupados por estratos de renda mensal de todos os trabalhos, segundo faixas de anos de estudo. Rio Grande do Norte, 2005.

Estratos de renda (em salários mínimos)	Faixas de anos de estudo					
	Sem instrução e menos de 1	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 ou mais
Até 1	57,9	53,1	53,6	49,5	32,7	5,0
Mais de 1 a 2	12,8	18,4	21,3	28,5	33,9	9,9
Mais de 2 a 3	2,0	1,8	3,3	6,7	11,3	13,0
Mais de 3 a 5	0,7	1,3	3,1	4,5	10,1	19,9
Mais de 5 a 10	0,5	1,3	1,6	2,0	5,7	23,0
Mais de 10	0,2	0,4	0,4	0,5	2,0	27,9
Sem rendimento ⁽¹⁾	25,9	23,6	16,7	8,4	4,1	1,2
Total ⁽²⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

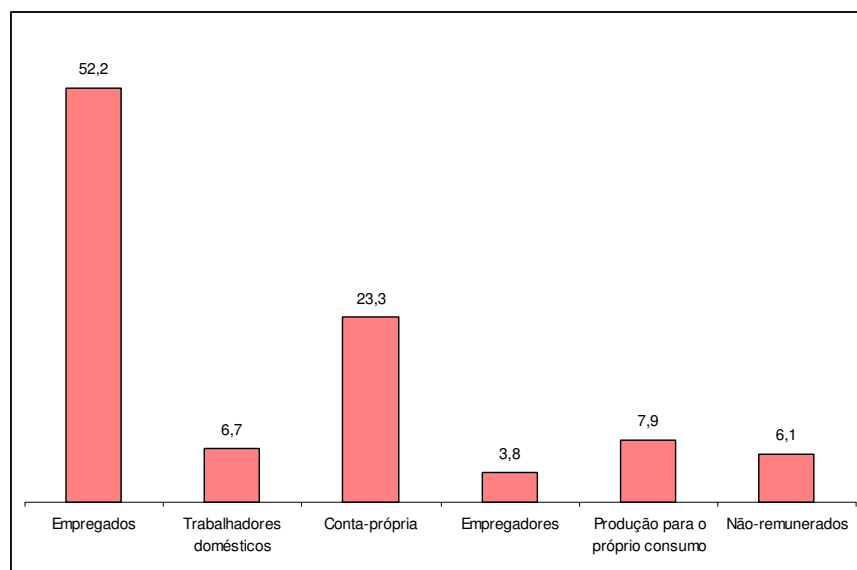
(2) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento.

Os dados revelam que do total de 1,26 milhões de ocupados no Rio Grande do Norte, mais da metade são empregados (52,2%), o que corresponde a aproximadamente 657 mil pessoas, em 2005. Entre os empregados, 40% (ou 263 mil) são assalariados com carteira assinada e 19% (ou 124 mil) são militares ou funcionários públicos estatutários, e outros 41% (ou 269 mil) são assalariados sem carteira assinada ou estão sob outras formas de emprego, em geral, de caráter mais precário (Tabela 6).

A estrutura ocupacional observada no estado, relativamente à posição na ocupação, indica ainda que uma parcela expressiva da população ocupada trabalha por conta-própria (23,3%) e outros 6,7% estão no emprego doméstico, posições tradicionalmente precárias. Além disso, 6,1% desses ocupados não recebem remuneração e outros 7,8% correspondem à parcela de trabalhadores na produção para o próprio consumo (incluindo trabalhadores na construção para o próprio uso), conforme apresentado no Gráfico 4.

GRÁFICO 4
Distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação.
Rio Grande do Norte, 2005.

(em %)



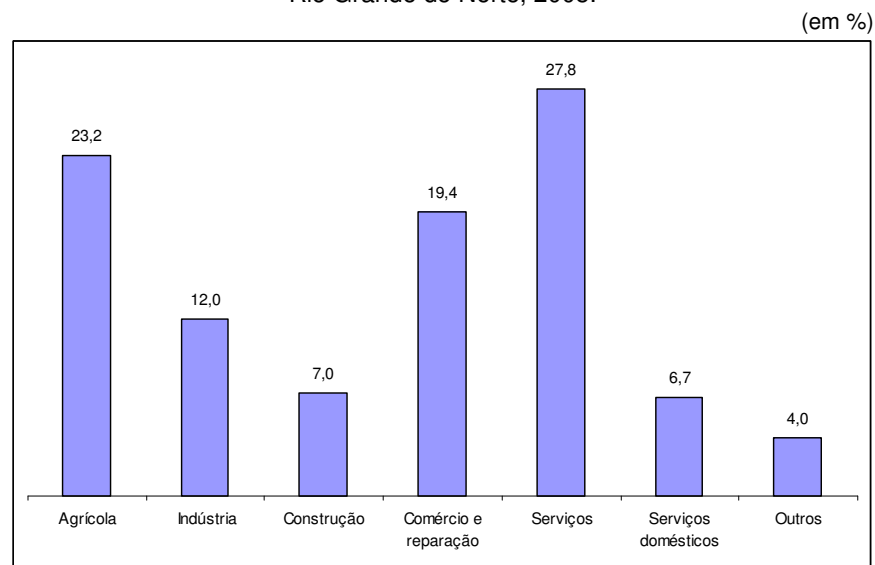
Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Em "produção para o próprio consumo" inclusive trabalhadores na construção para o próprio uso.

A estrutura setorial da ocupação, observada nos últimos anos no Brasil, vem destacando uma predominância do setor de serviços, juntamente com o setor de comércio. No Rio Grande do Norte esta predominância se confirma, com esses dois setores respondendo por mais de 46% das ocupações, superando a participação desses setores na ocupação da região Nordeste, que é de 38%. Por outro lado, a participação da agricultura (23,2%) está bem abaixo da observada para a região Nordeste (36%) (Gráfico 5 e Tabela 27 do Anexo II).

GRÁFICO 5
Distribuição dos ocupados segundo o setor de atividade econômica.
Rio Grande do Norte, 2005.



Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE
Obs.: a) "Outros" engloba atividades mal definidas ou não-declaradas.

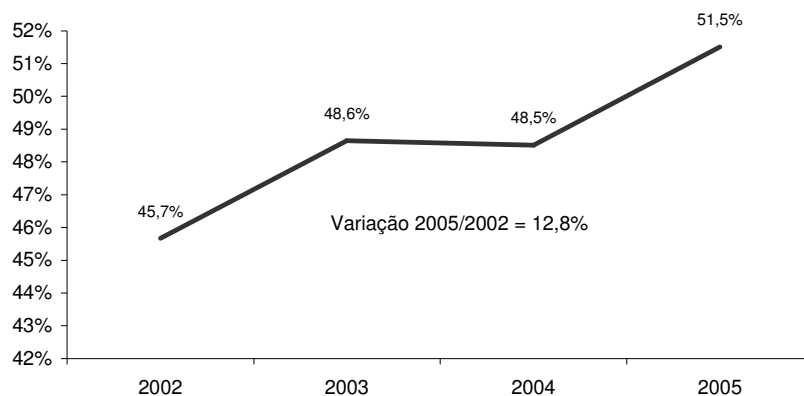
3.1.2 Evolução Estrutural do Mercado de Trabalho

3.1.2.1 Introdução

O objetivo desta seção é analisar a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho no estado do Rio Grande do Norte no período de 2002 a 2005.

Os dados apresentados na Tabela 4 mostram crescimento de 4% na população de 10 anos ou mais do estado. A taxa de participação da população economicamente ativa também teve evolução positiva, crescendo 5,8 p.p. no período, passando de 45,7%, em 2002, para 51,5%, em 2005 (Gráfico 6).

GRÁFICO 6
Evolução da taxa de participação da população economicamente ativa.
Rio Grande do Norte, 2002-2005.



Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

Este movimento foi resultado do crescimento da PEA em torno de 17%, passando de 1.199,6 mil pessoas, em 2002, para 1.407,5 mil pessoas, em 2005. São 208 mil pessoas que ingressaram no mercado de trabalho no estado, no período. A ocupação cresceu 12,2%, com a inserção de 137 mil ocupados. Portanto, esta relação entre crescimento da PEA mais que proporcional ao acréscimo da ocupação resultou na elevação de 90,2% no número de desempregados, que passou de 78,7 mil pessoas, em 2002, para 149,7 mil pessoas, em 2005. (Tabela 4)

TABELA 4
Evolução da população total, população em idade ativa, população economicamente ativa e inativos de 10 anos ou mais. Rio Grande do Norte, 2002-2005.

Características da População	Estimativas (em 1.000 pessoas)				Variação (2005/2002)	
	2002	2003	2004	2005	Absoluta (em 1.000 pessoas)	Relativa (%)
População Total	2.889,5	2.929,4	2.969,7	3.006,7	117,2	4,1
População em Idade Ativa - PIA	2.627,1	2.691,9	2.752,0	2.732,7	105,6	4,0
População Economicamente Ativa - PEA	1.199,6	1.309,4	1.335,1	1.407,5	207,9	17,3
Desempregados	78,7	127,3	114,2	149,7	71,0	90,2
Ocupados	1.120,8	1.182,1	1.220,8	1.257,9	137,1	12,2
Inativos de 10 anos ou mais	1.427,6	1.382,5	1.417,0	1.325,1	-102,5	-7,2

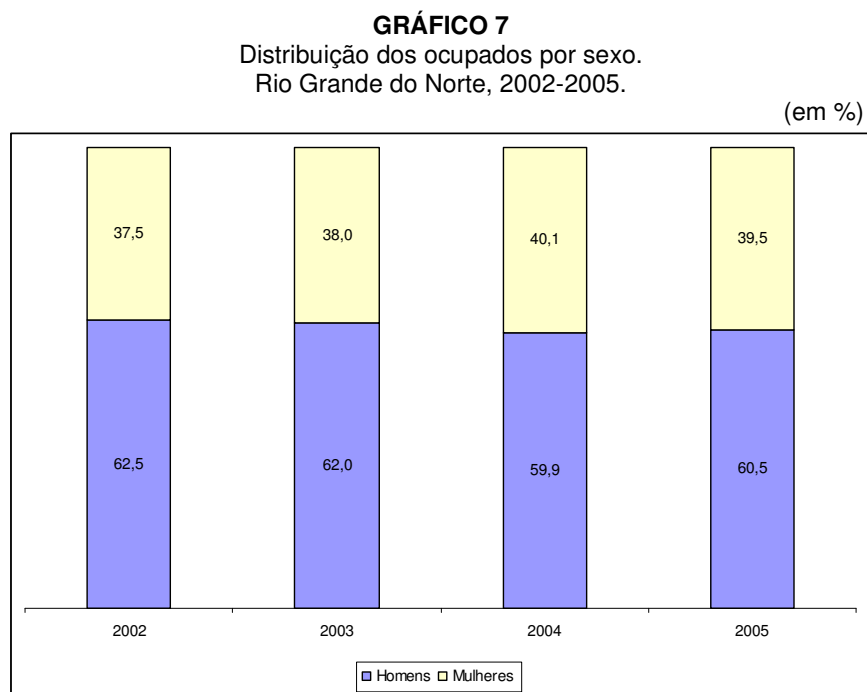
Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

3.1.2.2 Ocupação

3.1.2.2.1 Atributos Pessoais

O perfil dos ocupados manteve-se praticamente constante, no período 2002-2005, pelo menos em relação à distribuição por sexo e por faixa etária. Diferentemente, mudanças mais substanciais foram observadas no nível de instrução.

A participação das mulheres, inferior a participação dos homens, era de 37,5% em 2002, chegou a 40,1% em 2004 e caiu para 39,5% em 2005 (Gráfico 7).

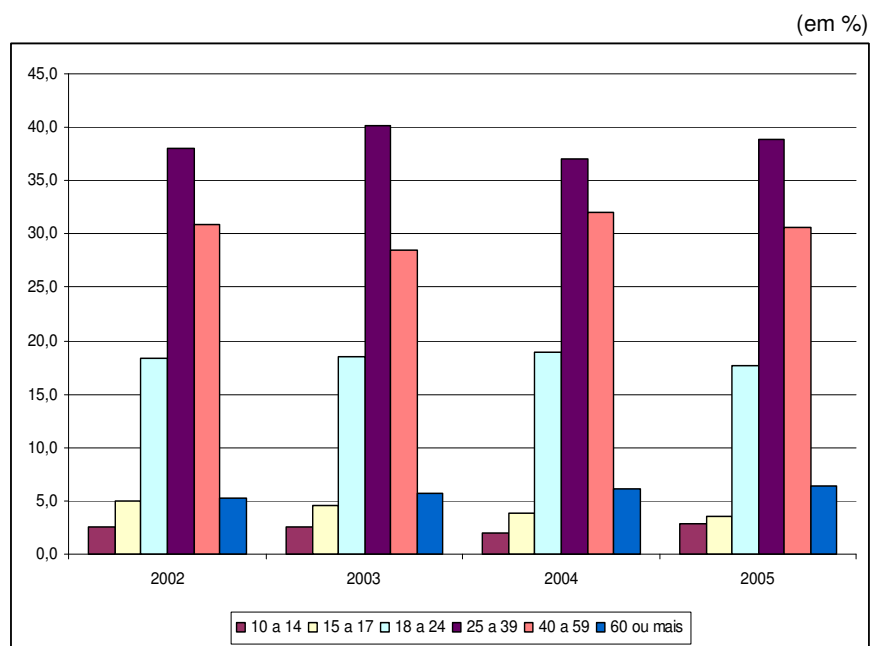


Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

Relativamente à distribuição por faixa etária, a estrutura pouco se modificou, se compararmos apenas 2002 e 2005. As faixas de 10 a 14 anos, de 18 a 24 anos e de 40 a 59 anos mantiveram, em 2005, as mesmas participações de 2002, ou seja, 3%, 18% e 31%, respectivamente. Já a faixa de 15

a 17 anos reduziu a participação de 5% em 2002 para 4% em 2005; e as faixas de 25 a 39 anos e de 60 anos e mais aumentaram a sua participação em um ponto percentual no período (Gráfico 8).

GRÁFICO 8
Evolução da distribuição dos ocupados por faixa etária.
Rio Grande do Norte - 2002 a 2005



Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

Como salientado anteriormente, o perfil dos ocupados no Rio Grande do Norte, em 2002 e 2005, apresentou algumas modificações na estrutura da distribuição por nível de instrução, que significaram melhoria no nível de instrução dos ocupados. A faixa sem instrução e menos de um ano de estudo reduz sua participação de 18,1%, em 2002, para 14,3%, em 2005. Por outro lado, a faixa de 11 a 14 anos de estudos, que se pode supor agregar principalmente aqueles ocupados com nível médio completo ou superior incompleto, aumentou sua participação de 19,9% para mais de 23%, em 2002 e 2005, respectivamente.

As demais faixas, de 1 a 3 anos, de 4 a 7 anos, de 8 a 10 anos e de 15 anos ou mais de estudos, sofreram poucas oscilações de 2003 a 2005. (Tabela 5).

TABELA 5
Evolução da distribuição dos ocupados segundo faixas de anos de estudo.
Rio Grande do Norte - 2002 a 2005

Anos de Estudo	(em %)			
	2002	2003	2004	2005
Sem instrução e menos de 1 ano	18,1	15,5	16,1	14,3
1 a 3 anos	16,1	17,8	17,1	15,9
4 a 7 anos	26,2	25,8	25,8	26,4
8 a 10 anos	13,5	15,2	14,4	14,2
11 a 14 anos	19,9	20,1	21,0	23,5
15 anos ou mais	6,2	5,6	5,7	5,7
Total ⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclusive as pessoas com anos de estudo não determinados ou sem declaração

3.1.2.2 Posição na Ocupação

A Tabela 6 revela que o crescimento relativo no número de ocupados, no período 2002-2005, superou o aumento no número de empregados, que cresceu apenas 4%. Ainda assim, esse crescimento foi impulsionado pelo aumento de 19% no total de empregados com carteira assinada, que minimizou o efeito da queda de 9% observada na categoria “militares e funcionários públicos estatutários”. A redução no número de empregos desta categoria se deu no ano de 2003, tendo havido recuperação nos anos subseqüentes, mas não o suficiente para alcançar o mesmo patamar de 2002. Esta redução no número de ocupados dessa categoria contribuiu, em parte, para a queda na participação dos empregados no total dos ocupados, de 55,8%, em 2002, para 52,2%, em 2005.

Do incremento de 137 mil ocupados no período, 44,7 mil são trabalhadores por conta própria, 42,7 mil são empregados com carteira assinada e 32,6 mil são trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo ou uso, inclusive, chama atenção o crescimento relativo de cerca de 50% dessa categoria no período analisado.

A soma dos 32,6 mil ocupados do saldo positivo da categoria “trabalhadores para o próprio consumo ou uso” com os 6,5 mil a mais da categoria “não remunerados” mostra que quase 29% dos 137 mil ocupados a mais que ingressaram no mercado de trabalho no período, ou seja, 39,1 mil pessoas são não remuneradas monetariamente.

Dentre os ocupados com remuneração, cabe destacar o crescimento de 32% na categoria de empregadores (Tabela 6). O crescimento da participação dos empregadores ocorre desde 2004, chegando a aproximadamente 4% em 2005. Já os ocupados na condição de “conta própria”, apesar da queda de participação observada em 2004 ante 2003, alcançam 23,3% em 2005, percentual superior aos 22,2% observados em 2002. Os dados da Tabela 6 revelam que a concentração de ocupados na categoria “não remunerados”, em 2005, praticamente não se modificou em relação a 2002, apesar de ter aumentado no período 2002-2003. Por outro lado, o percentual de ocupados na “produção para o próprio consumo ou uso” aumenta de 5,8% para 7,8% no período.

TABELA 6
Evolução da estimativa e distribuição dos ocupados por posição na ocupação.
Rio Grande do Norte, 2002-2005.

Posição na ocupação	Estimativas (em 1.000 pessoas)				Distribuição (em %)			
	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005
Total ocupados	1.120,8	1.182,1	1.220,8	1.257,9	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	625,6	597,9	619,8	656,6	55,8	50,6	50,8	52,2
Com carteira	220,8	256,5	238,3	263,4	19,7	21,7	19,5	20,9
Militares e funcionários públicos estatutários	136,7	113,5	119,8	124,4	12,2	9,6	9,8	9,9
Sem carteira	268,1	228,0	261,7	268,8	23,9	19,3	21,4	21,4
Trabalhadores domésticos	74,4	80,7	75,4	84,1	6,6	6,8	6,2	6,7
Conta-própria	248,8	306,8	311,3	293,5	22,2	26,0	25,5	23,3
Empregadores	36,2	35,1	45,4	47,8	3,2	3,0	3,7	3,8
Produção para o próprio consumo ou uso	65,2	58,9	69,8	97,9	5,8	5,0	5,7	7,8
Não-remunerados	70,5	102,6	99,2	77,0	6,3	8,7	8,1	6,1

Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

3.1.2.2.3 Setor de Atividade Econômica

Observando a evolução da ocupação sob a perspectiva setorial, verifica-se que, em maior ou menor grau, todos os setores tiveram evolução positiva no número estimado de ocupações de 2002 a 2005.

O setor do comércio foi o que mais se destacou, tanto em termos absolutos quanto relativos, com um crescimento de 23,5% da ocupação. O número de ocupações no setor passou de 197,1 mil, em 2002, para 243,5 mil, em 2005. (Tabela 7)

A indústria e a construção civil também se destacaram no período, crescendo, respectivamente, 19,7% e 17,8%. O setor de serviços, responsável pelo maior número de ocupações, teve uma elevação reduzida. De 2002 a 2005, a ocupação no setor cresceu apenas 1,3%, com saldo de 4,4 mil ocupados. O setor agrícola, segundo setor do estado em importância na participação das ocupações, cresceu menos que a média dos setores, chegando em 2005 a 292,2 mil postos, quase 30 mil a mais que em 2002.

TABELA 7
Evolução do número de ocupados por setor de atividade econômica.
Rio Grande do Norte, 2002-2005.

Setor de atividade econômica	Estimativas (em 1.000 pessoas)				Variação (2005/2002)	
	2002	2003	2004	2005	Absoluta (em 1.000 pessoas)	Relativa (%)
Total ocupados	1.120,8	1.182,1	1.220,8	1.257,9	137,1	12,2
Agrícola	262,3	301,6	307,1	292,2	29,9	11,4
Indústria	126,1	124,0	139,0	151,0	24,9	19,7
Construção	74,4	74,1	84,3	87,7	13,3	17,8
Comércio e reparação	197,1	229,9	206,0	243,5	46,4	23,5
Serviços	345,0	322,5	352,5	349,3	4,4	1,3
Serviços domésticos	74,4	80,7	75,4	84,1	9,7	13,1
Outros	41,6	49,4	56,6	50,0	8,5	20,4

Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Obs.: "Outros" engloba atividades mal definidas ou não declaradas.

3.1.2.2.4 Contribuição a Instituto de Previdência

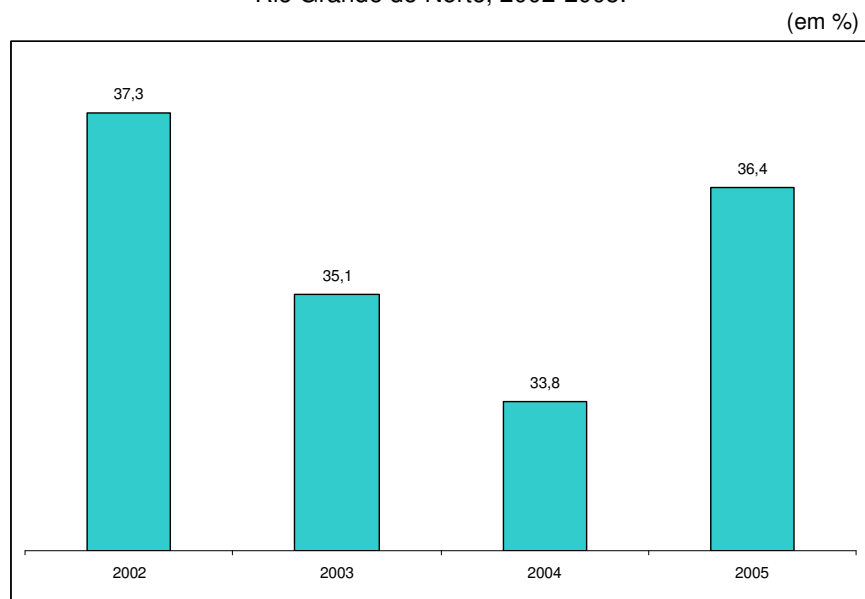
A constatação de que dentre os 1,26 milhões de ocupados no Rio Grande do Norte apenas 36,4% contribuíram para a Previdência Social em 2005, revela a dimensão quantitativa do desafio de inclusão de um expressivo contingente de trabalhadores que não contribuem para instituto de previdência oficial, tendo em vista que as garantias sociais vinculadas ao recolhimento da contribuição previdenciária, como auxílio doença/acidente, seguro-desemprego, entre outros, estão fora do alcance de 63,6% do total de ocupados no estado. É evidente que este quadro está associado

ao baixo grau de formalização do emprego. Para se ter uma idéia, em toda região Nordeste, segundo dados da PNAD em 2005, apenas 28% do total de ocupados contribuíram com a Previdência Social. Na média, para o Brasil, este percentual sobe para 47% do total dos ocupados (ver Tabela 28 do Anexo II).

Portanto, além de refletir a desigualdade regional, este nível de contribuição previdenciária observada entre os ocupados no estado, certamente está em consonância com a estrutura ocupacional apresentada na Tabela 6, onde pode-se observar que apenas 52,2% dos ocupados são empregados, sendo que destes, apenas 40% estão sob regime de contratação padrão (carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários).

A proporção daqueles ocupados que contribuem para instituto de previdência no Rio Grande do Norte, conforme mostra o Gráfico 9, foi maior em 2002 do que em 2005, e apresentou quedas sucessivas em 2003 e 2004, voltando a crescer em 2005, mas ainda assim num patamar inferior a 2002.

GRÁFICO 9
Proporção dos ocupados que contribuem para instituto de previdência.
Rio Grande do Norte, 2002-2005.



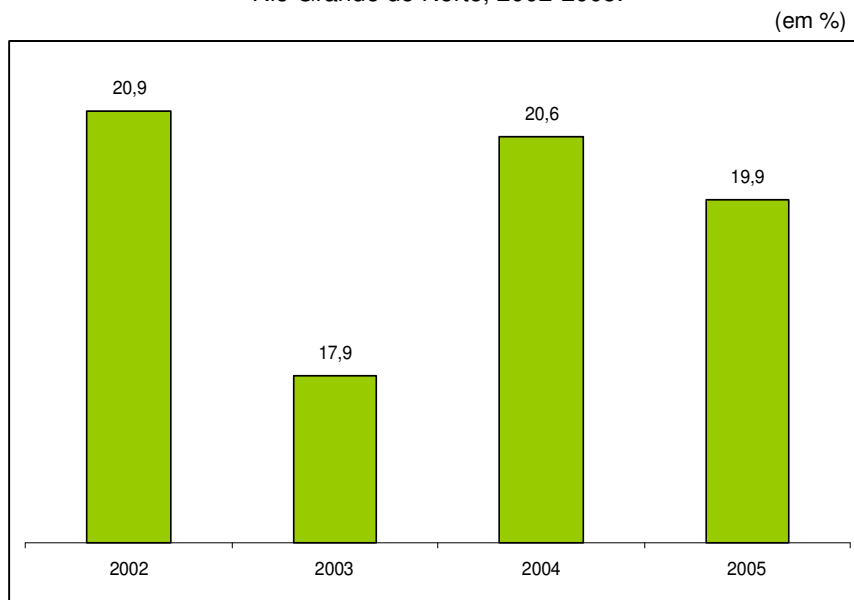
Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

3.1.2.2.5 Associação a Sindicato

Um dos principais mecanismos que a classe trabalhadora tem para se proteger e para buscar o cumprimento de seus direitos constitucionais, além do auxílio na conquista de outros direitos não previstos na Constituição, é a associação a sindicato. O nível de associação sindical também reflete o grau de amadurecimento das relações de trabalho em determinado mercado de trabalho.

No Rio Grande do Norte a proporção de ocupados associados a sindicato cresceu 1 p.p., partindo de 20,9%, em 2002, para 19,9% em 2005, alcançando seu nível mais baixo em 2003 (17,9%), conforme Gráfico 10. Contudo, esta proporção encontra-se de acordo com os percentuais observados para o Nordeste (19%) e para o Brasil (18%) (ver Tabela 29 do Anexo II). Vale acrescentar que essa baixa proporção também está relacionada ao reduzido número de empregados com contratos de trabalho formais.

GRÁFICO 10
Proporção dos ocupados que possuem associação a sindicato.
Rio Grande do Norte, 2002-2005.



Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

3.1.2.2.6 Remuneração

A Tabela 8 apresenta a distribuição dos ocupados por faixas de remuneração. Nota-se um crescimento da participação dos ocupados que recebem, no máximo, um salário mínimo. Em 2002, 45,9% do total de ocupados no Rio Grande do Norte recebiam até um salário mínimo. Em 2003, esse percentual passou para quase 46%, mantendo-se esse patamar em 2005. Isto não significa uma piora na remuneração dos ocupados no Rio Grande do Norte, e pode, inclusive, ter significado ganhos para algumas categorias. Ocorre que no período 2002-2003 o salário mínimo teve um aumento nominal de 20%⁵, fazendo com que os ocupados que recebiam remunerações próximas do salário mínimo passassem a receber exatamente nessa faixa.

Além dessa faixa, apenas a categoria de trabalhadores sem remuneração apresentou aumento de participação no período, passando de 12,4% para 14,1%. As participações dos ocupados nas demais faixas de remuneração diminuíram. Portanto, se em 2002, 52% dos ocupados recebiam até um salário mínimo ou nenhuma remuneração, em 2005 esse percentual se elevou para 60% (Tabela 8).

A remuneração média real verificada para o período 2002-2005 cresceu apenas 0,7% para os ocupados, 7% para empregados domésticos e aproximadamente 14% para empregadores. A remuneração média real caiu para empregados (-2,1%) e conta própria (-6,6%). No caso dos empregados domésticos e dos empregadores, os decréscimos ocorreram, principalmente, no ano de 2003, voltando a crescer em 2004 e 2005, de modo a superar, em termos reais, os patamares observados em 2002. Já para os empregados e os trabalhadores por conta própria, os decréscimos reais na remuneração ocorreram em 2003 e persistiram em 2004, só voltando a crescer em 2005, todavia em proporções que não permitiram alcançar os mesmos níveis de 2002 (Tabela 9).

De fato, 2003 foi um ano muito ruim para a economia brasileira, com indicadores econômicos bastante desfavoráveis. Nesse ano quase 60% dos reajustes obtidos pelas categorias profissionais não recuperaram as perdas inflacionárias medidas pelo Índice de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE). Foi o pior desempenho dos reajustes salariais observado no período de 1996 a 2006,

⁵ DIEESE, 01/2007.

segundo DIEESE (2007). Por outro lado, este foi o ano em que o número de ocupados na faixa de remuneração até 1 salário mínimo aumentou substancialmente, proporcionalmente às demais faixas de remuneração, isto é, no período 2002-2003 o número de ocupados que recebiam até 1 salário mínimo cresceu 21% e a faixa de 2 a 3 salários mínimos, 12%. Nas demais faixas decresceu o número de ocupados (ver Tabela 30 do Anexo II).

TABELA 8

Evolução da distribuição dos ocupados por faixas de rendimento mensal de todos os trabalhos. Rio Grande do Norte, 2002-2005.

(em %)

Faixas de rendimento (em salários mínimos)	2002	2003	2004	2005
Até 1	40,0	45,7	45,1	45,9
Mais de 1 a 2	27,1	22,2	23,7	23,0
Mais de 2 a 3	7,8	8,3	5,7	5,8
Mais de 3 a 5	5,5	5,1	6,1	5,2
Mais de 5 a 10	4,4	3,0	3,1	3,6
Mais de 10	2,8	1,9	2,2	2,3
Sem remuneração ⁽¹⁾	12,4	13,8	14,1	14,1
Total ⁽²⁾	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios

(2) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento

TABELA 9

Evolução da renda média real mensal de todos os trabalhos dos ocupados, por posição na ocupação. Rio Grande do Norte, 2002-2005.

(em R\$)

Posição na ocupação	2002	2003	2004	2005	Variação (%) 2005/2002
Total ocupados ⁽¹⁾	562	458	479	567	0,9
Empregados	583	507	498	571	-2,1
Trabalhadores domésticos	200	179	194	214	7,0
Conta-própria	409	336	334	382	-6,6
Empregadores	2.003	1.310	1.703	2.275	13,6

Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclusive as pessoas sem informação para rendimento.

Obs.: Valores expressos em R\$ de setembro de 2005.

3.1.2.2.7 Jornada de Trabalho e Estabilidade no Emprego

Neste item, avaliam-se as principais mudanças ocorridas nas condições de trabalho dos ocupados no Rio Grande do Norte a partir da análise da jornada semanal de trabalho e o tempo de permanência no emprego.

A estrutura das condições de trabalho dos ocupados no Rio Grande do Norte, no que concerne à jornada semanal de trabalho e ao tempo de permanência no emprego, salvo algumas exceções, manteve-se praticamente a mesma ao longo do período analisado. De modo geral, os ocupados têm jornadas semanais entre 15 e 44 horas semanais. Em 2005, 57,4% estavam nesta faixa. A proporção de ocupados com jornada de trabalho maior que 44 horas semanais ainda é alta, representando mais de 1/3 do total dos ocupados em 2005 (Tabela 10).

A distribuição dos ocupados por faixas de horas semanais trabalhadas mostra uma relativa melhora na condição de trabalho, com redução da participação dos ocupados nas faixas acima de 44 horas semanais. De fato, ao longo do período analisado, a concentração de trabalhadores que fazem uma jornada semanal acima de 44 horas vem se reduzindo gradativamente, partindo de 38% em 2002 e chegando a 34% em 2005. A concentração de ocupados que trabalham de 40 a 44 horas semanais caiu nos anos 2003 e 2004 e voltou a crescer em 2005, mantendo o mesmo patamar de 2002. Por outro lado, aumenta a participação dos ocupados que trabalham até 39 horas semanais.

TABELA 10
Evolução da distribuição dos ocupados por faixas de horas semanais trabalhadas.
Rio Grande do Norte, 2002-2005.

	(em %)			
Jornada semanal (em horas)	2002	2003	2004	2005
Até 14	5,9	7,6	9,0	8,8
15 a 39	24,7	25,3	25,7	26,3
40 a 44	31,0	29,2	28,6	31,1
45 a 48	17,4	19,1	16,1	15,5
49 ou mais	21,0	18,8	20,6	18,2
Total ⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE.PNAD

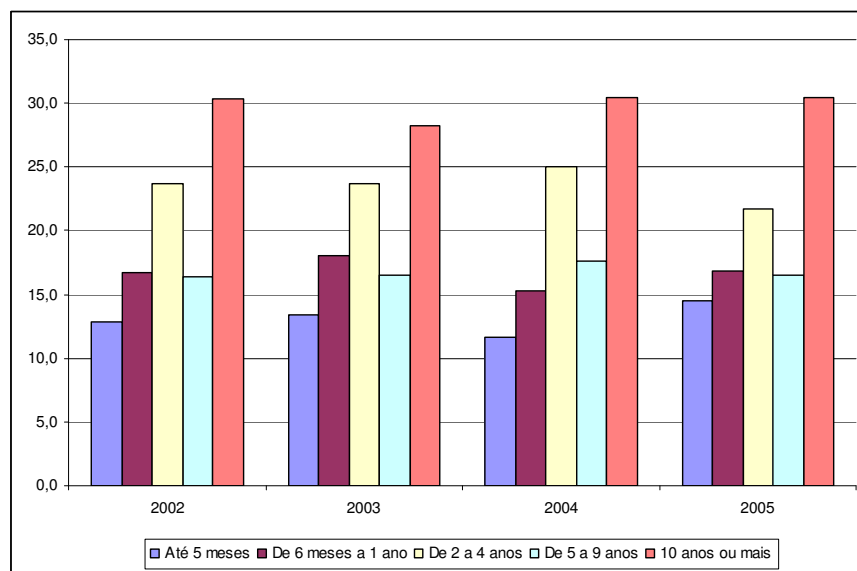
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui as pessoas sem declaração de jornada semanal do trabalho.

O tempo de permanência no atual emprego é um bom indicador para verificar o grau de estabilidade no emprego. No Rio Grande do Norte, 67% dos ocupados permanecem no mesmo emprego por, pelo menos, 2 anos, sendo que 30% permanecem por mais de 10 anos (Gráfico 11).

Observa-se uma piora nas condições de trabalho no que diz respeito ao tempo de permanência no emprego, comparando os anos de 2002 e 2005. O Gráfico 11 mostra que houve aumento na participação dos ocupados que permanecem por até 5 meses no emprego e queda na participação dos ocupados que ficam entre 2 e 5 anos no emprego. As demais faixas não sofreram maiores variações no período e mantiveram, em 2005, praticamente os mesmos níveis de participação observados em 2002.

GRÁFICO 11
Evolução da distribuição dos ocupados segundo faixas de tempo de permanência no trabalho principal. Rio Grande do Norte, 2002-2005.

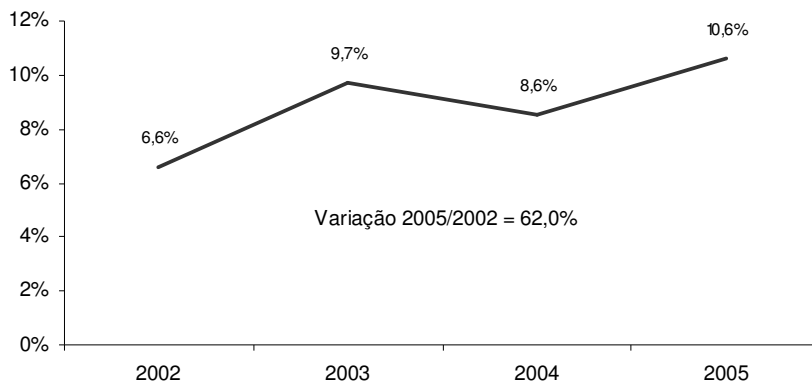


Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

3.1.2.3 Desemprego

Um importante indicador da situação do mercado de trabalho é a taxa de desemprego que mede a proporção da PEA que não encontrou colocação como ocupado. A taxa de desemprego cresceu 62% no período, todavia, seu movimento não foi uniforme, ela chegou a apresentar queda em 2004, quando a ocupação cresceu mais que a PEA. Na realidade, a taxa de desemprego eleva-se em maior proporção no ano de 2003, devido, principalmente, a pressão causada pelo aumento da PEA, mais que proporcional ao crescimento do número de vagas. Em 2005, a taxa de desemprego alcançou 10,6% da PEA, como pode ser observado no Gráfico 12.

GRÁFICO 12
Evolução da taxa de desemprego.
Rio Grande do Norte, 2002-2005.



Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

3.2 Características da Força de Trabalho com Foco nas Microrregiões Potigüares

3.2.1 Introdução

Utilizando estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir dos dados contidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), este item faz uma análise da estrutura do mercado de trabalho formal no Rio Grande do Norte, da Região Metropolitana de Natal (RMN) e nos municípios, considerando a agregação por microrregiões geográficas (divisão geográfica realizada pelo IBGE em 1989). Isto é, tanto o estado, quanto à RMN são analisados pela ótica microrregional. Ainda considerando esta agregação, é feita uma comparação entre o estoque de empregados formais em 2004 e 2005, por setor de atividade econômica, o que pode propiciar uma visão sobre a capacidade de geração de emprego dos setores e das microrregiões, no ano de 2005.

3.2.2 A Geografia e Economia das Microrregiões

O Rio Grande do Norte é um estado que agrega 167 municípios, distribuídos em 19 microrregiões geográficas (Mapa 1 e Quadro 1). As microrregiões apresentam características populacionais e econômicas bastantes diferenciadas (Tabela 12), devido, principalmente, ao tipo de atividade econômica desenvolvida em cada uma delas. A microrregião de Macaíba, cujos municípios componentes são Ceará-Mirim, Nísia Floresta, São Gonçalo do Amarante e São José de Mapibu, e a microrregião de Natal, cujos municípios são Extremoz, Natal e Parnamirim, somadas, formam a Região Metropolitana de Natal. Na RMN situa-se o município de Natal, primeira cidade fundada no Rio Grande do Norte e capital do estado.

A RMN se configura como a principal área de concentração do estado tanto no que se refere à população, quanto à produção e à geração de empregos. Nesta região, estão 41% do total dos habitantes do Rio Grande do Norte, e para o PIB estadual de quase R\$ 16 bilhões, a RMN contribui com mais da metade (Tabela 11). Da mesma forma, dos quase 451 mil empregos formais existentes no estado em 2005, 285 mil, ou 63%, estão na RMN.

MAPA 1

Divisão do Rio Grande do Norte em Microrregiões Geográficas



Fonte: Instituto do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA/RN

QUADRO 1

Distribuição dos municípios segundo as microrregiões geográficas

Microrregião	Número de Municípios	Municípios
Microrregião da Serra de São Miguel	9	Água Nova; Doutor Severiano; Luís Gomes; Riacho de Santana; Venha-Ver; Coronel João Pessoa; Encanto; Major Sales; São Miguel
Microrregião de Pau dos Ferros	17	Alexandria; Francisco Dantas; Itaú; José da Penha; Marcelino Vieira; Paraná; Pau dos Ferros ; Pilões; Portalegre; Rafael Fernandes; Riacho da Cruz; Rodolfo Fernandes; São Francisco do Oeste; Severiano Melo; Taboleiro Grande; Tenente Ananias; Viçosa
Microrregião de Umarizal	11	Almino Afonso; Antônio Martins; Frutuoso Gomes; João Dias; Lucrécia; Martins; Olho-d'Água do Borges; Patu; Rafael Godeiro; Serrinha dos Pintos; Umarizal
Microrregião da Chapada do Apodi	4	Apodi; Caraúbas; Felipe Guerra; Governador Dix-Sept Rosado
Microrregião de Mossoró	6	Areia Branca; Baraúna; Grossos; Mossoró; Serra do Mel; Tibau
Microrregião do Médio Oeste	6	Augusto Severo; Janduí; Messias Targino; Paraú; Triunfo Potiguar; Upanema
Microrregião do Seridó Ocidental	7	Caicó; Ipueira; Jardim de Piranhas; São Fernando; São João do Sabugi; Serra Negra do Norte; Timbaúba dos Batistas
Microrregião do Vale do Açu	9	Açu; Alto do Rodrigues; Carnaubais; Ipanguaçu; Itajá; Jucurutu; Pendências; Porto do Mangue; São Rafael
Microrregião do Seridó Oriental	10	Acarí; Carnaúba dos Dantas; Cruzeta; Currais Novos; Equador; Jardim do Seridó; Ouro Branco; Parelhas; Santana do Seridó; São José do Seridó
Microrregião da Serra de Santana	7	Bodó; Cerro Corá; Florânia; Lagoa Nova; Santana do Matos; São Vicente; Tenente Laurentino Cruz
Microrregião de Angicos	8	Afonso Bezerra, Angicos, Caiçara do Rio do Vento, Fernando Pedroza, Jardim de Angicos, Lajes, Pedra Preta, Pedro Avelino
Microrregião de Macau	5	Caiçara do Norte, Galinhos, Guamaré, Macau, São Bento do Norte
Microrregião da Borborema Potiguar	16	Barcelona, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lagoa de Velhos, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Ruy Barbosa, Santa Cruz, São Bento do Trairí, São José do Campestre, São Tomé, Serra de São Bento, Sítio Novo, Tangará
Microrregião da Baixa Verde	5	Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Parazinho, Poço Branco
Microrregião do Litoral Nordeste	7	Maxaranguape, Pedra Grande, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros
Microrregião do Litoral Sul	10	Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Montanhas, Pedro Velho, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Vila Flor
Microrregião de Macaíba	5	Ceará-Mirim, Macaíba, Nísia Floresta, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu
Microrregião de Natal	3	Extremoz, Natal, Pamamirim
Total	167	

Fonte: Instituto do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA/RN

De fato, a RMN se caracteriza como uma das áreas mais desenvolvidas do estado em termos econômicos, principalmente no que se refere à oferta de serviços. A Tabela 11 mostra que o PIB *per capita* da RMN é mais de 22% superior ao PIB *per capita* observado para o estado. Todavia, este resultado econômico observado nos indicadores da RMN é fortemente ponderado pelo município de Natal. Como ocorreu em quase todo o país, o processo de modernização agrícola, ocorrido a partir dos anos 1960, somado ao processo de expansão industrial, ocorrido especialmente a partir dos anos

1970 e que se deu inicialmente nas capitais dos estados e no seu entorno, acabou levando à aceleração do processo de urbanização nessas áreas, no qual as cidades pólos atraíam um contingente cada vez maior de pessoas em busca de empregos, como apontam Felipe, Carvalho e Rocha (2006). E a maioria daqueles que não encontrava inicialmente uma ocupação no mercado de trabalho não retornava para as suas cidades de origem, permanecendo na cidade e no seu entorno.

TABELA 11
Estimativa da população, PIB a preços correntes e PIB *per capita*
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal, 2004

Regiões	Nº. de Municípios	Estimativa da População	Participação na População (%)	PIB (em R\$ milhões)	Participação no PIB Total (%)	PIB <i>per capita</i> (em R\$)
Rio Grande do Norte	167	2.962.107	100,0	15.906	100,0	5.370
RMN ⁽¹⁾	8	1.214.755	41,0	7.986	50,2	6.574
Natal	3	766.081	25,9	5.778	36,3	7.543
Demais municípios da RMN	5	292.493	9,9	1.424	9,0	4.868

Fonte: IBGE. Produto Interno dos Municípios e Contas Regionais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os valores apresentados para a RMN foram obtidos somando os totais dos 8 municípios que compõem a RMN.

A predominância econômica da RMN está pautada não somente na concentração, mas também na diversidade de atividades que lá se desenvolvem. A sua estrutura produtiva comporta todos os segmentos, desde serviços mais especializados até atividades agrícolas. Essas diversas atividades se distribuem de forma diferenciada entre as duas microrregiões que a compõem. O município de Natal concentra principalmente a oferta de serviços, a construção civil, o comércio, a administração pública e, em menor proporção, a indústria de transformação. Já a microrregião de Macaíba tem significativa presença da indústria de transformação, da agropecuária, inclusive a carcinicultura e, em menor proporção, os serviços e a administração pública (*idem*).

Apesar dessa concentração econômica na área metropolitana, as informações apresentadas na Tabela 12 mostram que, pela ótica do PIB *per capita*, que divide o valor total do PIB pela população residente em uma determinada região, a microrregião de Macau se apresenta como a mais rica relativamente. Inclusive, chama a atenção o PIB *per capita* dessa microrregião (R\$ 27.165), que se deve, em parte, à atuação da indústria extrativa de petróleo e gás natural. Aliás, é interessante notar a relação existente entre a presença da atividade petrolífera e o valor do PIB *per*

capita, isto é, fora do eixo metropolitano, os valores do PIB *per capita* são maiores nas microrregiões onde a indústria do petróleo está presente.

A concentração da produção é maior nas áreas onde, além da existência de atividades petrolíferas, existe diversificação de atividades. Exemplo claro disto está na microrregião de Mossoró, que concentra mais de 14% do produto gerado no estado, e tem o segundo maior PIB *per capita* do estado. Nesta microrregião, além de atividades petrolíferas, se desenvolvem economicamente muitas outras atividades, sendo que algumas delas com maior potencial econômico, como a fruticultura irrigada voltada para exportação, a carcinicultura, a pesca e a extração de sal marinho, atividades que em maior ou menor grau também se desenvolvem em outras microrregiões onde o valor do PIB *per capita* e a concentração do produto são maiores, como Macau, Vale do Açu e Chapada do Apodi. (Tabela 12)

Em Macau, por exemplo, a pesca é uma outra atividade de grande importância para a microrregião, que é um dos principais produtores brasileiros de sardinha. Esta microrregião, assim como Mossoró, também tem sua economia fortemente baseada nas atividades geradas pela extração de sal marinho. Outra atividade comum desenvolvida nas duas microrregiões é o cultivo de camarão.

Vale destacar que, a carcinicultura se desenvolve em pelo menos seis das dezenove microrregiões do Rio Grande do Norte – além de Macau e Mossoró, Macaíba, Litoral Sul, Borborema Potiguar e Vale do Açu. Entretanto, as maiores áreas de cultivo de camarão no estado estão localizadas nos municípios de Pendências e Porto do Mangue, na microrregião do Vale do Açu.

A microrregião do Vale do Açu e a microrregião de Mossoró agregam um pólo de fruticultura baseado principalmente, na cultura do melão voltada para exportação, além de outras frutas. A fruticultura comercial ainda se desenvolve nas microrregiões da Chapada do Apodi e no Litoral Nordeste.

TABELA 12
 Estimativa da população, PIB a preços correntes e PIB *per capita*
 Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2004

Microrregiões	Nº. de Municípios	Estimativa da População	Participação na População Total (%)	PIB (em R\$ Milhões)	Participação no PIB Total (%)	PIB <i>per capita</i> (em R\$)
Microrregião da Serra de São Miguel	9	60.515	2,0	133	0,8	2.198
Microrregião de Pau dos Ferros	17	114.991	3,9	304	1,9	2.642
Microrregião de Umarizal	11	62.935	2,1	150	0,9	2.380
Microrregião da Chapada do Apodi	4	71.510	2,4	386	2,4	5.400
Microrregião de Mossoró	6	289.701	9,8	2.259	14,2	7.798
Microrregião do Médio Oeste	6	38.388	1,3	137	0,9	3.566
Microrregião do Seridó Ocidental	7	94.094	3,2	267	1,7	2.843
Microrregião do Vale do Açu	9	131.347	4,4	744	4,7	5.662
Microrregião do Seridó Oriental	10	116.942	3,9	343	2,2	2.932
Microrregião da Serra de Santana	7	63.135	2,1	136	0,9	2.154
Microrregião de Angicos	8	49.816	1,7	124	0,8	2.488
Microrregião de Macau	5	46.150	1,6	1.254	7,9	27.165
Microrregião da Borborema Potiguar	16	128.402	4,3	279	1,8	2.172
Microrregião do Agreste Potiguar	22	217.715	7,4	581	3,7	2.668
Microrregião da Baixa Verde	5	59.987	2,0	124	0,8	2.074
Microrregião do Litoral Nordeste	7	82.312	2,8	304	1,9	3.694
Microrregião do Litoral Sul	10	119.412	4,0	395	2,5	3.310
Microrregião de Macaíba	5	270.545	9,1	1.294	8,1	4.784
Microrregião de Natal	3	944.210	31,9	6.692	42,1	7.088
Total das Microrregiões	167	2.962.107	100,0	15.906	100,0	5.370

Fonte: IBGE. Produto Interno dos Municípios e Contas Regionais
 Elaboração: DIEESE

Em algumas das microrregiões do estado, que pelos indicadores da Tabela 12 não figuram entre as mais expressivas economicamente, são desenvolvidas atividades de tradicional importância para a economia do Rio Grande do Norte, algumas inclusive, como é o caso da indústria têxtil e de confecções, com boas perspectivas de crescimento.

Na microrregião do Seridó Oriental, por exemplo, é extenso o leque de atividades econômicas desenvolvidas. Nessa área a presença da indústria de confecções é bastante forte, com um promissor segmento de bonelaria instalado. Contudo, sua cadeia produtiva só não é melhor aproveitada por conta da situação declinante do cultivo de algodão, cuja produção no estado não atende sequer 10%

da demanda⁶. Além disso, nessa microrregião assumem caráter comercial as atividades da pecuária bovina e da caprinovinocultura, bem como a produção de leite, a extração mineral, e mais recentemente, um pólo turístico que está em formação na região.

3.2.3 O Emprego Formal

3.2.3.1 Movimentação do Emprego Formal

A Tabela 13 apresenta o saldo⁷ no número de empregos formais nas microrregiões, em 2005, segundo os setores de atividade econômica. Os dados indicam, em termos absolutos, quais setores geraram maior número de empregos e quais setores reduziram postos de trabalho no ano de 2005, tanto para o estado quanto em cada uma das microrregiões observadas.

Em 2005, em todo estado do Rio Grande do Norte havia 29.688 vagas a mais no mercado de trabalho formal, em relação a 2004. Mais de 60% desses novos postos de trabalho estão na RMN e cerca de 10% estão na microrregião de Mossoró. Houve queda no número de empregos formais em apenas 2 das 19 microrregiões do estado – Macau (-371) e Litoral Nordeste (-490).

Entre os setores, a administração pública gerou aproximadamente 43% dos novos empregos no estado, o comércio gerou quase 25%, os serviços geraram mais de 21%, a indústria de transformação quase 9% e a construção civil mais de 5%. O único setor com saldo negativo no número de empregos formais em 2005 foi o da agropecuária (-1.436).

Em termos relativos, o emprego formal no estado cresceu 7,0% em 2005 ante 2004. Os setores que tiveram crescimento maior que a média do estado foram: comércio (12,5%), construção civil (8,3%) e administração pública (7,9%). O setor de serviços (6,5%), a indústria de transformação (5,3%), os serviços industriais de utilidade pública (3,2%) e a indústria extrativa mineral (2,0%) cresceram

⁶ Declaração dada pelo Vice-Presidente da FIERN, presente nos Seminários 2 e 4 do Projeto “Emprego e Renda no Estado do Rio Grande do Norte: análises e disseminação de informações”, quando questionado sobre os gargalos na geração de emprego e renda no Rio Grande do Norte.

⁷ O Saldo foi obtido a partir da diferença entre o estoque de empregos formais em 31 de dezembro de 2005 em relação ao estoque de empregos formais em 31 de dezembro de 2004.

abaixo da média do estado. A queda no emprego formal no setor agropecuário foi significativa, - 6,3%. (ver Tabela 31 do Anexo III).

Vele destacar que, para qualquer microrregião observada, o saldo de empregos gerados pela administração pública foi sempre positivo.

O comportamento do emprego formal, em 2005, nas microrregiões, foi distinto. Na microrregião de Mossoró, por exemplo, o número de empregos decresceu apenas na indústria de transformação, e cresceu nos demais setores, principalmente no comércio, na administração pública, nos serviços, na indústria de transformação e na construção civil.

Na microrregião da Chapada do Apodi o número de empregos caiu principalmente na agropecuária (-35) e cresceu, principalmente, na indústria extrativa mineral (114) e na construção civil (85).

No Médio Oeste, o saldo geral de empregos formais em 2005 só não foi negativo por conta dos 79 empregos gerados na administração pública. A redução de 56 postos de trabalho no setor agropecuário e de 20 postos de trabalho no comércio afetou o saldo.

No Vale do Açu, a perda de 438 empregos na agropecuária e de 356 no setor de serviços foi mais que compensada pelo aumento no número de postos de trabalho na construção civil (905), na administração pública (628) e no comércio (347).

Nas microrregiões de Serra de São Miguel, Pau dos Ferros, Umarizal, Angicos e Baixa Verde, a grande maioria dos empregos formais foi gerada pelo setor da administração pública. Em Pau dos Ferros e Angicos o setor de comércio ampliou o número de vagas formais em 58 e 25, respectivamente.

Na microrregião de Macau, uma das duas únicas microrregiões onde houve queda no número de empregos formais no estado, o saldo do emprego formal foi negativo em 371 postos de trabalho por conta da redução de 1.611 empregos na construção civil e 166 empregos na agropecuária. Apesar da geração de 1.164 novos postos de trabalho na administração pública e mais 242 nos demais setores.

Em Serra de Santana houve redução de 39 empregos na construção civil, 1 nos SIUP e 1 na agropecuária. Nos demais setores observou-se crescimento no número de empregos, principalmente na administração pública (449) e nos serviços (307).

A microrregião do Seridó Ocidental foi uma das poucas microrregiões onde a administração pública não foi a principal responsável pelos empregos gerados (as outras microrregiões foram Mossoró, Chapada do Apodí, Vale do Açu, Seridó Oriental e Natal). Nesta microrregião, a indústria de transformação e o comércio foram os principais responsáveis pelos novos postos de trabalho gerados em 2005.

No Seridó Oriental o único setor que apresentou queda no emprego formal foi o de SIUP. Dos 1.317 novos postos de trabalho gerados nessa microrregião em 2005, 370 foram gerados no comércio, 358 na administração pública e 217 na indústria de transformação.

As microrregiões de Baixa Verde e Litoral Nordeste foram as que mais geraram empregos na agropecuária em todo o estado, respectivamente, 237 e 163. Porém, a administração pública foi a principal responsável pelos empregos gerados também nessas duas microrregiões. Chama atenção a queda no número de empregos no setor de serviços no Litoral Nordeste (-1.081), onde: a) 63% dos empregos formais estão no setor de serviços, já observado que a maioria deles está no segmento de agenciamento e locação de mão-de-obra; b) 40,4% do total dos empregados nessa microrregião têm entre 18 e 24 anos; c) esta microrregião apresenta a maior proporção de empregados com no mínimo o nível médio como grau de instrução; d) quase 45% dos empregados trabalham entre 21 e 30 horas semanais; e) quase 50% dos empregados não permanecem mais que três meses no mesmo emprego. São questões que, avaliada a importância, podem merecer aprofundamento e investigação qualitativa, em estudos futuros.

Nas microrregiões do Agreste Potiguar e de Macaíba praticamente não houve redução de postos de trabalho, na primeira foram apenas 8 a menos nos SIUP e 1 a menos na indústria de transformação; e na segunda foram 17 a menos nos SIUP. Por outro lado, nas duas microrregiões o emprego cresceu principalmente na administração pública, respectivamente, 1.168 e 1.827.

Nas microrregiões de Natal e do Litoral Sul a agropecuária sofreu grande queda no número de empregos formais, respectivamente, -799 e -456. Em Natal, os setores que geraram o maior número de empregos foram o de serviços, o de comércio e o da administração pública. No Litoral Sul foram a administração pública, a indústria de transformação e os serviços os principais responsáveis pelos novos postos de trabalho gerados em 2005.

TABELA 13
Variação absoluta do emprego formal, por setor de atividade econômica.
Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2004-2005.

Microrregiões	Total	Agropecuária	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	S.I.U.P.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública
Mossoró	3.007	29	-391	587	24	298	989	594	877
Chapada do Apodi	330	-35	114	60	-3	85	43	-1	67
Médio Oeste	24	-56	-1	-3	6	11	-20	7	79
Vale do Açu	1.218	-438	41	87	4	905	347	-356	628
Serra de São Miguel	224	1	-1	10	-18	-2	-4	-6	243
Pau dos Ferros	307	-2	-1	25	5	-107	58	20	307
Umarizal	351	0	-1	-7	-1	-1	-4	1	364
Macau	-371	-166	35	108	0	-1.611	44	55	1.164
Angicos	139	-29	3	-33	2	-11	25	1	181
Serra de Santana	786	-1	10	9	-1	-39	52	307	449
Seridó Ocidental	671	-16	-4	307	-3	67	187	60	73
Seridó Oriental	1.317	25	127	217	-17	127	370	110	358
Baixa Verde	472	163	3	10	0	13	57	-42	268
Borborema									
Potiguar	482	39	-10	6	9	4	75	29	330
Agreste Potiguar	1.686	10	-1	136	-8	1	201	178	1.168
Litoral Nordeste	-490	237	0	29	2	-115	9	-1.081	429
Macaíba	2.562	57	28	138	-17	273	45	211	1.827
Natal	15.312	-799	160	341	155	1.540	5.050	5.783	3.082
Litoral Sul	1.661	-456	1	627	-1	91	133	466	800
Total das Microrregiões	29.688	-1.436	116	2.654	138	1.529	7.657	6.336	12.694

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Sem informação

Obs.: S.I.U.P. – Serviços Industriais de Utilidade Pública.

3.2.3.2 Atributos Pessoais

No mercado de trabalho formal do Rio Grande do Norte a participação dos homens supera a das mulheres. São aproximadamente 254 mil trabalhadores do sexo masculino, isto é, 56,3%. Esta predominância da participação masculina não é observada, no entanto, em 11 das dezenove microrregiões que compõem o estado. (Tabela 14)

Nas microrregiões Médio Oeste, Serra de São Miguel, Umarizal e Pau dos Ferros, as mulheres apresentam as maiores participações no mercado formal, acima dos 62% (Tabela 14). Nas três primeiras microrregiões, a administração pública agrega parcela considerável dos trabalhadores. Isto é, mais de 86% em todas elas e na microrregião de Pau dos Ferros, o comércio, depois da administração pública, é o principal empregador (Tabela 17).

Por outro lado, em Mossoró, Vale do Açu, Macau e Litoral Sul, a participação das mulheres no mercado de trabalho formal é muito pequena, respectivamente, 33,3%, 32,7%, 35,5% e 27,9% (Tabela 14). As atividades comuns desenvolvidas nessas microrregiões e que empregam, principalmente, trabalhadores do sexo masculino são as atividades da indústria de petróleo e gás e das atividades agrícolas. Na microrregião Litoral Sul, por exemplo, uma abertura setorial maior na RAIS nos mostra que dos 3.393 empregados nas atividades agropecuárias, apenas 39 são do sexo feminino, já no segmento de fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis etc., dos 3.480 empregados apenas 18 são mulheres.

TABELA 14

Distribuição dos empregados formais, por sexo.
Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2005.

Microrregiões	Total	Masculino	Feminino
Mossoró	100,0	66,7	33,3
Chapada do Apodi	100,0	51,5	48,5
Médio Oeste	100,0	37,4	62,6
Vale do Açu	100,0	67,3	32,7
Serra de São Miguel	100,0	33,7	66,3
Pau dos Ferros	100,0	37,7	62,3
Umarizal	100,0	36,3	63,7
Macau	100,0	64,5	35,5
Angicos	100,0	47,9	52,1
Serra de Santana	100,0	43,3	56,7
Seridó Ocidental	100,0	49,8	50,2
Seridó Oriental	100,0	55,5	44,5
Baixa Verde	100,0	47,8	52,2
Borborema Potiguar	100,0	43,3	56,7
Agreste Potiguar	100,0	47,6	52,4
Litoral Nordeste	100,0	44,7	55,3
Macaíba	100,0	58,8	41,2
Natal	100,0	55,3	44,7
Litoral Sul	100,0	72,1	27,9
Total das Microrregiões	100,0	56,3	43,7

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

A distribuição por faixa etária dos empregados formais no Rio Grande do Norte mostra que estão concentrados, principalmente, nas faixas de idade entre 25 e 39 anos (45,2%) e entre 40 e 49 anos (24,9%). Proporções aproximadas são observadas na maioria das distribuições nas microrregiões do estado, com algumas poucas exceções. Entre elas, o Litoral Nordeste. Nesta microrregião a participação de jovens entre 18 e 24 anos é bastante alta relativamente, passando dos 40% (Tabela 15). A principal atividade formal desenvolvida no Litoral Nordeste é o segmento de serviços prestados principalmente a empresas.

Segundo a RAIS⁸, em 2005, do total dos empregados formais na microrregião Litoral Nordeste, 40,4% têm de 18 a 25 anos, sendo que dentre esses jovens 4.234, ou 83%, estão empregados no segmento de seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra. Ainda com base na RAIS, conclui-se

⁸ Classe de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (CNAE 1.0, revisada em 2002) (614 categorias).

que esses trabalhadores do setor de serviços estão registrados na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como escriturários do setor bancário. Numa investigação mais qualitativa⁹, observa-se também que esta microrregião não tem estrutura de serviço bancário para absorver todo esse contingente, conduzindo a hipótese de que, apesar de estarem vinculados a esta microrregião, estes serviços são prestados em outros locais, ou mesmo os empregados são de outras localidades, mas estão vinculados a uma empresa dessa microrregião.

TABELA 15
Distribuição dos empregados formais, por faixa etária (em anos).
Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2005.

(em %)

Microrregiões	Total ⁽¹⁾	Até 17	18 a 24	25 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais
Mossoró	100,0	0,3	20,0	48,5	21,7	9,1	0,4
Chapada do Apodi	100,0	0,0	9,3	49,8	27,4	12,9	0,6
Médio Oeste	100,0	0,0	7,5	47,6	29,5	14,8	0,6
Vale do Açu	100,0	0,6	21,5	48,5	21,1	8,0	0,4
Serra de São Miguel	100,0	0,0	7,9	50,6	27,2	13,5	0,8
Pau dos Ferros	100,0	0,0	8,1	46,8	28,7	15,8	0,6
Umarizal	100,0	0,0	7,6	50,6	27,6	13,6	0,7
Macau	100,0	0,3	15,2	48,6	25,3	10,0	0,5
Angicos	100,0	0,2	8,8	46,1	28,8	15,7	0,5
Serra de Santana	100,0	0,2	12,7	49,5	24,7	12,1	0,7
Seridó Ocidental	100,0	1,2	18,0	48,4	22,2	9,8	0,4
Seridó Oriental	100,0	0,8	17,1	47,7	23,2	10,7	0,6
Baixa Verde	100,0	0,7	15,2	48,8	22,4	12,1	0,8
Borborema Potiguar	100,0	0,3	11,6	47,2	25,7	14,6	0,6
Agreste Potiguar	100,0	0,5	16,4	50,2	22,2	9,8	0,8
Litoral Nordeste	100,0	0,2	40,4	42,8	11,3	5,1	0,3
Macaíba	100,0	0,3	16,8	53,2	20,1	8,9	0,6
Natal	100,0	0,5	14,6	42,5	27,2	14,3	0,9
Litoral Sul	100,0	0,4	20,2	50,1	19,8	9,0	0,4
Total das Microrregiões	100,0	0,5	16,3	45,2	24,9	12,4	0,7

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui as pessoas com idade ignorada

A partir da distribuição dos empregados no mercado formal no Rio Grande do Norte, segundo o grau de instrução, apresentada na Tabela 16, pode-se verificar que 40,6% têm o nível médio completo e que aproximadamente 13% têm nível superior completo. Por outro lado, mais de 11,2% são analfabetos ou não chegaram a completar a 4^o série do ensino fundamental.

⁹ Informações obtidas através de conversas diretas com os atores sociais contatados no Rio Grande do Norte.

As microrregiões que apresentam os níveis de instrução mais baixos são: Litoral Sul e Vale do Açu. São duas as microrregiões onde a presença de atividades da agropecuária é bastante significativa, respectivamente, 30,2% e 24,2%.

As microrregiões que apresentam empregados formais mais escolarizados são Litoral Nordeste e Serra de Santana. No Litoral Nordeste, a principal atividade do mercado de trabalho formal está no setor de serviços, como já mencionado, especificamente no segmento de prestação de serviços à empresas. Em Serra de Santana, os empregados do setor formal estão concentrados na administração pública e no setor de serviços.

TABELA 16

Distribuição dos empregados formais, segundo grau de instrução (em anos).
Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2005.

(em %)

Microrregiões	Total	Analfabeto	4ª série incompleta	8ª série incompleta	Nível Médio incompleto	Nível Médio Completo	Superior completo
Mossoró	100,0	2,1	12,7	19,0	20,8	35,2	10,2
Chapada do Apodi	100,0	5,5	11,9	17,2	12,7	37,7	15,1
Médio Oeste	100,0	1,6	10,0	17,3	15,7	46,5	9,0
Vale do Açu	100,0	3,3	24,0	20,0	15,8	29,9	7,0
Serra de São Miguel	100,0	1,2	7,6	19,9	15,8	40,7	14,9
Pau dos Ferros	100,0	1,2	10,8	17,7	18,6	40,2	11,6
Umarizal	100,0	1,3	11,4	13,3	13,4	44,3	16,3
Macau	100,0	0,8	9,2	17,8	18,6	46,1	7,5
Angicos	100,0	1,6	8,5	17,3	17,3	43,3	12,1
Serra de Santana	100,0	1,1	7,1	18,1	10,9	50,6	12,2
Seridó Ocidental	100,0	1,4	8,6	20,3	19,5	36,5	13,6
Seridó Oriental	100,0	1,2	7,0	25,4	17,3	39,2	9,9
Baixa Verde	100,0	3,7	10,8	15,7	22,5	38,2	9,2
Borborema Potiguar	100,0	2,0	10,0	14,2	14,7	46,5	12,6
Agreste Potiguar	100,0	1,9	5,7	13,8	19,4	47,7	11,4
Litoral Nordeste	100,0	0,9	6,1	7,0	13,1	56,9	16,0
Macaíba	100,0	1,9	7,1	20,8	29,0	29,2	12,1
Natal	100,0	0,5	8,1	17,0	16,7	43,0	14,6
Litoral Sul	100,0	7,3	27,9	18,5	16,2	25,5	4,7
Total das Microrregiões	100,0	1,3	9,9	17,5	17,8	40,6	12,9

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

3.2.3.3 Setor de Atividade Econômica

O mercado de trabalho formal no estado do Rio Grande do Norte emprega 450,8 mil trabalhadores. A administração pública é o setor que mais emprega no estado, 39% do total. Em seguida estão os serviços, com quase 23%, o comércio com 15%, e a indústria de transformação, com aproximadamente 12%. (Tabelas 17 e 19)

TABELA 17

Estimativa de empregados formais por microrregiões, segundo os setores de atividade econômica. Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2005.

Microrregiões	Total	Agropecuária	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	S.I.U.P.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública
Mossoró	47.006	6.424	3.579	6.206	210	2.522	9.879	9.378	8.808
Chapada do Apodi	3.429	81	138	308	16	153	367	324	2.042
Médio Oeste	2.172	3	(1)	19	14	22	50	33	2.031
Vale do Açu	15.699	4.741	374	1.140	121	1.502	1.639	1.354	4.828
Serra de São Miguel	2.674	1	(1)	17	16	2	77	52	2.509
Pau dos Ferros	6.128	(1)	(1)	202	93	176	694	505	4.458
Umarizal	3.299	3	6	53	27	21	184	165	2.840
Macau	6.775	458	828	499	17	654	613	508	3.198
Angicos	3.091	111	14	63	15	28	280	230	2.350
Serra de Santana	3.689	16	13	43	22	26	193	656	2.720
Seridó Ocidental	8.792	70	10	2.109	89	122	1.888	1.513	2.991
Seridó Oriental	10.706	123	497	2.648	77	351	1.818	967	4.225
Baixa Verde	2.886	295	27	86	18	26	342	315	1.777
Borborema									
Potiguar	7.033	67	1	646	62	54	591	498	5.114
Agreste Potiguar	12.492	289	(1)	1.579	36	165	1.016	1.507	7.900
Litoral Nordeste	12.632	1.103	1	175	61	57	240	7.970	3.025
Macaíba	26.679	1.721	208	9.857	282	556	2.591	2.203	9.261
Natal	258.063	1.769	313	22.651	3.207	13.228	45.483	73.003	98.409
Litoral Sul	17.552	4.249	8	4.261	33	274	827	2.017	5.883
Total das Microrregiões	450.797	21.524	6.017	52.562	4.416	19.939	68.772	103.198	174.369

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Sem informação

Obs.: S.I.U.P. – Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Regionalmente, o emprego formal no Rio Grande do Norte se concentra principalmente na RMN, já que, somadas, as microrregiões de Macaíba e de Natal agregam mais de 63% dos empregos formais no estado. A microrregião de Mossoró agrega mais de 10%; Litoral Sul 3,9%; Vale do Açu 3,5%; e as demais microrregiões agregam menos de 2,9%.

A distribuição do emprego formal entre as microrregiões varia intensamente, de acordo com o setor econômico observado (Tabela 18). Duas observações devem ser apontadas nesse tipo de análise: primeiro, a concentração propriamente dita, por exemplo, a microrregião de Natal concentra 56% dos empregos formais na administração pública. Segundo, a representação dessa microrregião, dada pela comparação entre a proporção do setor e a proporção da soma dos setores. Por exemplo, apesar da microrregião de Natal concentrar 56% dos empregados formais no setor da administração pública, os empregados desse setor estão ligeiramente sub-representados nessa microrregião, já que ela agrega 57% do total dos empregados formais no estado.

Os empregados na agropecuária, por exemplo, estão sobre-representados, principalmente, nas microrregiões de Mossoró (29,8%), Vale do Açu (22,0%), Litoral Sul (19,7%) e, em menor proporção, Macaíba (8,2%), Litoral Nordeste (5,1%), Baixa Verde (1,4%) e Macau (2,1%), apesar de 8,2% deles estarem na microrregião de Natal, bastante sub-representados.

Os empregados da indústria extrativa mineral estão concentrados e sobre-representados, principalmente, em Mossoró (59,5%), Macau (13,8%), Seridó Oriental (8,3%), Vale do Açu (6,2%) e Chapada do Apodi (2,3%).

Na indústria de transformação, 43,1% dos empregados estão em Natal, porém sub-representados. Eles estão sobre-representados em Macaíba (18,8%), Mossoró (11,8%), Litoral Sul (8,1%), Seridó Oriental (5,0%) e Seridó Ocidental (4,0%).

O emprego formal no setor de serviços industriais de utilidade pública como água, energia, gás etc. estão fortemente concentrados na microrregião de Natal (72,6%) e, em menor proporção, em Macaíba (6,4%) e Pau dos Ferros (2,1%).

Na construção civil, 66,3% dos empregados formais estão na microrregião de Natal, 12,6% em Mossoró, 7,5% no Vale do Açu e 3,3% em Macau.

Também no comércio, 66,1% dos empregos formais se concentram na microrregião de Natal, 14,4% em Mossoró, 2,7% no Seridó Ocidental e 2,6% no Seridó Ocidental.

Os empregados formais do setor de serviços estão, principalmente, na microrregião de Natal (70,7%) e do Litoral Nordeste (7,7%). Em Mossoró estão 9,1% deles, porém, sub-representados.

As informações sobre distribuição por microrregiões dos empregados na administração pública demonstram que nas microrregiões mais desenvolvidas economicamente os empregados desse setor encontram-se sub-representados – Natal (56,4%), Macaíba (5,3%), Mossoró (5,1%), além do Vale do Açu, Seridó Oriental e Ocidental, Litoral Nordeste e Litoral Sul. Nas demais microrregiões os empregados formais no Rio Grande do Norte estão sobre-representados, sendo que a maior proporção entre estes está na microrregião do Agreste Português (4,5%).

TABELA 18

Distribuição dos empregados formais por microrregiões, segundo os setores de atividade econômica.
Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2005.

(em %)

Microrregiões	Total	Agropecuária	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	S.I.U.P.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública
Mossoró	10,4	29,8	59,5	11,8	4,8	12,6	14,4	9,1	5,1
Chapada do Apodi	0,8	0,4	2,3	0,6	0,4	0,8	0,5	0,3	1,2
Médio Oeste	0,5	0,0	(1)	0,0	0,3	0,1	0,1	0,0	1,2
Vale do Açu	3,5	22,0	6,2	2,2	2,7	7,5	2,4	1,3	2,8
Serra de São Miguel	0,6	0,0	(1)	0,0	0,4	0,0	0,1	0,1	1,4
Pau dos Ferros	1,4	(1)	(1)	0,4	2,1	0,9	1,0	0,5	2,6
Umarizal	0,7	0,0	0,1	0,1	0,6	0,1	0,3	0,2	1,6
Macau	1,5	2,1	13,8	0,9	0,4	3,3	0,9	0,5	1,8
Angicos	0,7	0,5	0,2	0,1	0,3	0,1	0,4	0,2	1,3
Serra de Santana	0,8	0,1	0,2	0,1	0,5	0,1	0,3	0,6	1,6
Seridó Ocidental	2,0	0,3	0,2	4,0	2,0	0,6	2,7	1,5	1,7
Seridó Oriental	2,4	0,6	8,3	5,0	1,7	1,8	2,6	0,9	2,4
Baixa Verde	0,6	1,4	0,4	0,2	0,4	0,1	0,5	0,3	1,0
Borborema									
Potiguar	1,6	0,3	0,0	1,2	1,4	0,3	0,9	0,5	2,9
Agreste									
Potiguar Litoral	2,8	1,3	(1)	3,0	0,8	0,8	1,5	1,5	4,5
Nordeste	2,8	5,1	0,0	0,3	1,4	0,3	0,3	7,7	1,7
Macaíba	5,9	8,0	3,5	18,8	6,4	2,8	3,8	2,1	5,3
Natal	57,2	8,2	5,2	43,1	72,6	66,3	66,1	70,7	56,4
Litoral Sul	3,9	19,7	0,1	8,1	0,7	1,4	1,2	2,0	3,4
Total das Microrregiões	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Sem informação

Obs.: S.I.U.P. – Serviços Industriais de Utilidade Pública.

A partir da distribuição setorial do emprego formal, nota-se que todas as microrregiões, exceto Mossoró, Litoral Nordeste e Macaíba, a administração pública é o setor que concentra a maioria dos empregados formais. Em algumas microrregiões como Médio Oeste e Serra de São Miguel, essa concentração chega a mais de 90% e em Umarizal ultrapassa 85% (Tabela 19).

O setor de serviços também se caracteriza como um dos mais representativos no emprego formal da maioria das microrregiões. No Litoral Nordeste, por exemplo, ele representa 63,1% de todo o emprego formal, concentrado basicamente no segmento de serviços prestados às empresas, segundo a RAIS. É comum também que o setor de comércio agregue parte significativa dos empregados formais em boa parte das microrregiões do Rio Grande do Norte.

Para a maioria das microrregiões o emprego formal está concentrado, especialmente, nos setores da administração pública, do comércio e dos serviços. Em algumas delas, um ou outro setor, além desses, sobressaem-se. Na microrregião do Vale do Açu, por exemplo, a agropecuária, basicamente fruticultura, agrega 30,2% dos empregados formais. Praticamente o mesmo percentual da administração pública (30,8%), e a construção civil agrega 9,6%. Esta é microrregião de maior participação desse setor no emprego formal, depois de Macau (9,7%).

Nas microrregiões do Seridó Ocidental e do Seridó Oriental é bastante significativa a participação da indústria de transformação no emprego formal, quase um quarto do total nas duas microrregiões.

Na Borborema Potiguar, assim como no Litoral Nordeste, a agropecuária tem uma participação importante na geração de emprego formal, uma vez que este setor representa respectivamente, 10,2% e 8,7% .

No Agreste Potiguar e no Litoral Sul, a indústria de transformação é o segundo setor de maior representação do emprego formal, respectivamente, 12,6% e 36,9%.

Na microrregião Litoral Sul, a agropecuária e a indústria de transformação empregam, cada uma, um quarto dos trabalhadores formalizados, superando as participações dos setores de comércio (4,7%) e de serviços (11,5%).

Na microrregião de Natal, o emprego formal se concentra, especialmente, nos setores de administração pública (38,1%), serviços (28,3%), comércio (17,6%) e, em menor proporção, na indústria de transformação (8,8%) e na construção civil (5,1%).

As informações da RAIS, apresentadas na Tabela 19, mostram que o emprego formal está melhor distribuído na microrregião de Mossoró e, um pouco mais concentrado, na microrregião de Macau. Nas duas microrregiões, os serviços industriais de utilidade pública são os menos significativos no que tange à participação no emprego formal, representando 0,4% e 0,3%, respectivamente.

TABELA 19
Distribuição dos empregados formais por setor de atividade econômica.
Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2005.

Microrregiões	Total	Agropecuária	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	S.I.U.P.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública
Mossoró	100,0	13,7	7,6	13,2	0,4	5,4	21,0	20,0	18,7
Chapada do Apodi	100,0	2,4	4,0	9,0	0,5	4,5	10,7	9,4	59,6
Médio Oeste	100,0	0,1	(1)	0,9	0,6	1,0	2,3	1,5	93,5
Vale do Açu	100,0	30,2	2,4	7,3	0,8	9,6	10,4	8,6	30,8
Serra de São Miguel	100,0	0,0	(1)	0,6	0,6	0,1	2,9	1,9	93,8
Pau dos Ferros	100,0	(1)	(1)	3,3	1,5	2,9	11,3	8,2	72,7
Umarizal	100,0	0,1	0,2	1,6	0,8	0,6	5,6	5,0	86,1
Macau	100,0	6,8	12,2	7,4	0,3	9,7	9,0	7,5	47,2
Angicos	100,0	3,6	0,5	2,0	0,5	0,9	9,1	7,4	76,0
Serra de Santana	100,0	0,4	0,4	1,2	0,6	0,7	5,2	17,8	73,7
Seridó Ocidental	100,0	0,8	0,1	24,0	1,0	1,4	21,5	17,2	34,0
Seridó Oriental	100,0	1,1	4,6	24,7	0,7	3,3	17,0	9,0	39,5
Baixa Verde	100,0	10,2	0,9	3,0	0,6	0,9	11,9	10,9	61,6
Borborema									
Potiguar	100,0	1,0	0,0	9,2	0,9	0,8	8,4	7,1	72,7
Agreste									
Potiguar	100,0	2,3	(1)	12,6	0,3	1,3	8,1	12,1	63,2
Litoral Nordeste	100,0	8,7	0,0	1,4	0,5	0,5	1,9	63,1	23,9
Macaíba	100,0	6,5	0,8	36,9	1,1	2,1	9,7	8,3	34,7
Natal	100,0	0,7	0,1	8,8	1,2	5,1	17,6	28,3	38,1
Litoral Sul	100,0	24,2	0,0	24,3	0,2	1,6	4,7	11,5	33,5
Total das Microrregiões	100,0	4,8	1,3	11,7	1,0	4,4	15,3	22,9	38,7

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Sem informação

Obs.: S.I.U.P. – Serviços Industriais de Utilidade Pública.

3.2.3.4 Remuneração

A remuneração média dos empregados no Rio Grande do Norte, em 2005, foi R\$ 780, sendo que as maiores médias foram observadas na indústria extrativa mineral, R\$ 1.741, e nos serviços industriais de utilidade pública, R\$ 1.304. Por sua vez, os menores valores médios estão na agropecuária, R\$ 443, e no comércio, R\$ 477.

Nas microrregiões, constatam-se grandes diferenças entre as remunerações médias dos empregados. Mais uma vez, a microrregião de Macau se destaca. A remuneração média nesta microrregião é de R\$ 1.064, ou seja, 2,7 vezes superior à remuneração média dos empregados formais da microrregião do Médio Oeste, R\$ 391, menor média observada entre as microrregiões. Mas, o valor médio da remuneração dos empregados na indústria de transformação de Macau sobressai entre os dados apresentados na Tabela 20 (R\$ 5.712). Esta média ocorre em função da indústria do petróleo que, segundo dados da RAIS, nesta microrregião, agrega 426 empregados e possui remuneração média de R\$ 6.567. Também no setor de serviços, a maior média observada encontra-se em Macau.

Um segundo dado que merece atenção na Tabela 20 é a média da remuneração na indústria extrativa mineral no Vale do Açu (R\$ 4.491). Também neste caso, a indústria do petróleo define, em grande medida, este valor médio, assim como a remuneração média na indústria extrativa mineral nas microrregiões Chapada do Apodi e Mossoró.

Entre os setores, cabe ressaltar que o de serviços industriais de utilidade pública apresenta a menor dispersão entre as remunerações médias. Aliás, na maioria das microrregiões este é o setor que apresenta as maiores remunerações médias. Isto só não se constata apenas nas microrregiões onde há atuação da indústria petrolífera como Macau, Vale do Açu, Chapada do Apodi e Mossoró, mas, também, em outras raras exceções, como em Umarizal, onde a remuneração média maior refere-se aos empregados da construção civil. Em Serra de São Miguel e no Médio Oeste, onde as maiores remunerações médias são do setor de serviços, o que se refere basicamente as atividades de intermediação financeira.

As informações sobre remuneração média para a RMN mostram, mais uma vez, diferenças entre as duas microrregiões correspondentes. Para quaisquer dos setores analisados, os valores médios são mais altos na microrregião de Natal em relação à microrregião de Macaíba.

Na microrregião de Natal, as maiores remunerações médias são observadas na indústria extrativa mineral (R\$ 1.411), que também nesse caso tem forte influência das remunerações médias dos empregados da indústria do petróleo; no setor de serviços industriais de utilidade pública (R\$ 1.396), isto é, eletricidade, gás e água e na administração pública (R\$ 1.328).

TABELA 20
Remuneração média dos empregados formais, por setor de atividade econômica.
Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2005.

Microrregiões	Total	Agropecuária	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	S.I.U.P.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública
Mossoró	750	432	1.996	536	1.230	608	461	883	838
Chapada do Apodi	575	360	1.618	391	957	822	385	691	535
Médio Oeste	391	453	(1)	309	812	372	389	1.288	374
Vale do Açu	603	449	4.491	376	1.012	747	388	661	508
Serra de São Miguel	442	300	(1)	310	957	436	286	1.169	430
Pau dos Ferros	418	(1)	(1)	334	1.079	433	368	730	379
Umarizal	421	289	476	367	933	1.091	369	901	387
Macaú	1.064	451	750	5.712	1.012	804	661	1.340	594
Angicos	505	368	631	382	1.289	457	423	902	480
Serra de Santana	442	302	286	329	1.611	496	365	604	401
Seridó Ocidental	460	313	430	331	1.343	462	421	596	482
Seridó Oriental	445	322	448	351	1.133	390	373	702	471
Baixa Verde	454	334	418	403	1.107	374	377	620	456
Borborema Potiguar	439	306	471	346	1.441	379	350	678	428
Agreste Potiguar	471	323	(1)	366	940	490	386	542	493
Litoral Nordeste	573	370	573	327	810	518	389	626	533
Macaíba	522	359	516	512	824	507	448	561	565
Natal	931	521	1.411	752	1.396	564	499	776	1.328
Litoral Sul	461	501	367	470	961	434	403	463	431
Total das Microrregiões	780	443	1.741	637	1.304	583	477	756	975

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Sem informação

Obs.: S.I.U.P. – Serviços Industriais de Utilidade Pública.

A Tabela 21 apresenta a distribuição dos empregados por faixa de remuneração do trabalho (em salários mínimos). No Rio Grande do Norte, 65,1% dos empregados formais recebem, no máximo, dois salários mínimos por mês de trabalho. Nas microrregiões do Médio Oeste e Pau dos Ferros, a proporção de empregados formais que recebem, no máximo, dois salários mínimos ultrapassa os 90%. Na maioria dos municípios, mais de 80% dos empregados recebem remunerações que não ultrapassam esse patamar.

As microrregiões que apresentam distribuições um pouco melhores são Macau, Natal, Mossoró e, em menor medida, Litoral Nordeste. Uma vez que, apesar dessa microrregião agregar o menor percentual de ocupados nas duas menores faixas salariais, quase 46% dos empregados recebem entre 2 e 3 salários mínimos e só 3,2% recebem acima de 5 salários mínimos.

TABELA 21
Distribuição dos empregados formais, segundo faixas de remuneração mensal dos empregados (em salários mínimos). Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2005.

(em %)

Microrregiões	Total ⁽¹⁾	Até 1,00	1,01 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	mais de 20,00
Mossoró	100,0	5,9	62,7	14,5	8,8	4,2	2,6	1,3
Chapada do Apodi	100,0	14,3	56,3	15,3	10,0	2,9	0,9	0,2
Médio Oeste	100,0	44,2	46,5	6,2	2,2	0,6	0,1	0,1
Vale do Açu	100,0	10,8	69,1	9,8	5,4	2,4	1,6	0,9
Serra de São Miguel	100,0	39,3	42,7	11,8	5,0	0,8	0,3	0,1
Pau dos Ferros	100,0	31,5	58,6	5,6	2,6	1,0	0,5	0,1
Umarizal	100,0	27,3	62,5	6,2	2,5	1,0	0,3	0,2
Macau	100,0	6,9	56,2	14,6	10,0	5,3	2,8	4,3
Angicos	100,0	20,2	64,4	8,1	4,3	1,8	0,6	0,6
Serra de Santana	100,0	27,6	56,4	10,9	4,1	0,9	0,1	0,1
Seridó Ocidental	100,0	19,1	67,1	6,8	4,3	2,0	0,6	0,2
Seridó Oriental	100,0	18,8	68,1	8,5	2,9	1,2	0,4	0,1
Baixa Verde	100,0	29,2	55,5	10,3	3,1	1,4	0,4	0,1
Borborema Potiguar	100,0	30,9	55,2	8,3	3,8	1,2	0,6	0,1
Agreste Potiguar	100,0	17,1	65,2	11,7	3,6	1,7	0,6	0,1
Litoral Nordeste	100,0	10,5	40,0	45,6	2,4	1,2	0,3	0,0
Macaíba	100,0	9,5	69,7	12,4	5,1	2,5	0,7	
Natal	100,0	3,6	52,8	17,6	13,6	6,8	3,8	1,7
Litoral Sul	100,0	21,8	62,7	10,1	3,5	1,4	0,4	0,1
Total das Microrregiões	100,0	8,4	56,7	15,9	10,1	5,0	2,7	1,2

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento

3.2.3.5 Jornada de Trabalho e Estabilidade no Emprego

Por ser um registro administrativo do mercado formal, a RAIS apresenta uma limitação na distribuição de empregados por faixa de horas semanais trabalhadas, qual seja, mesmo que na realidade, muitos trabalhadores do segmento formal trabalhem mais que 44 horas semanais, isto não aparece nas informações fornecidas pelos estabelecimentos.

Nos dados apresentados na Tabela 22 não constam nenhum registro de jornada superior a 44 horas semanais. Considerando as informações agregadas para o estado, 56% dos empregados formais trabalham de 41 a 44 horas semanais, e outros 34,8% têm jornada de 31 a 40 horas semanais.

No Litoral Sul, Vale do Açu, Mossoró, Macaíba e Macau, a proporção de empregados com jornada de trabalho de 41 a 44 horas semanais supera bastante a proporção observada para o estado. Por outro lado, a pequena proporção de empregados nessa faixa nas microrregiões Serra de São Miguel, Umarizal, Médio Oeste, Pau dos Ferros e Serra de Santana, respectivamente 2,5%, 12,4%, 21,0%, 22,4% e 28,8%, estão de acordo com a distribuição dos empregados, por setor de atividade, em cada uma dessas microrregiões, apresentada na Tabela 18.

Vale destacar a proporção de empregados na microrregião Litoral Nordeste que têm jornada de 21 a 30 horas semanais (44,7%).

TABELA 22
Distribuição dos empregados formais, segundo faixas de horas semanais trabalhadas.
Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2005.

(em %)

Microrregiões	Total	Até 15	16 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 44
Mossoró	100,0	0,5	0,7	13,8	12,6	72,5
Chapada do Apodi	100,0	0,1	0,6	21,6	45,2	32,5
Médio Oeste	100,0	0,0	2,0	6,2	70,7	21,0
Vale do Açu	100,0	0,8	0,8	6,2	13,2	79,0
Serra de São Miguel	100,0	0,2	1,6	19,7	75,9	2,5
Pau dos Ferros	100,0	0,5	1,7	6,7	68,7	22,4
Umarizal	100,0	4,4	2,7	9,1	71,4	12,4
Macau	100,0	0,3	2,2	25,8	8,9	62,8
Angicos	100,0	0,4	1,0	7,4	43,0	48,2
Serra de Santana	100,0	0,1	0,4	25,3	45,5	28,8
Seridó Ocidental	100,0	1,0	2,3	8,9	30,4	57,4
Seridó Oriental	100,0	0,3	0,6	17,8	25,3	56,0
Baixa Verde	100,0	0,5	0,1	3,3	39,3	56,7
Borborema Potiguar	100,0	0,4	2,9	3,7	50,0	43,0
Agreste Potiguar	100,0	0,6	6,6	6,4	40,6	45,8
Litoral Nordeste	100,0	0,2	0,8	44,7	18,0	36,2
Macaíba	100,0	0,3	0,4	6,8	27,3	65,2
Natal	100,0	1,1	0,7	3,6	41,3	53,3
Litoral Sul	100,0	0,1	0,7	2,2	14,3	82,7
Total das Microrregiões	100,0	0,8	1,0	7,4	34,8	56,0

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

A distribuição dos empregados por faixas de tempo de permanência no emprego, apresentada na Tabela 23, revela que 1/4 dos empregados formalizados no Rio Grande do Norte permanecem por 10 anos ou mais no mesmo emprego, outro quarto permanece entre 3 e 10 anos e quase 20% permanecem entre 1 e 3 anos.

As microrregiões onde as distribuições mostram melhores condições de trabalho quanto à variável tempo de permanência no atual emprego, são Serra de São Miguel, Pau dos Ferros, Umarizal, Angicos, Baixa Verde, Borborema Potiguar e Natal. Já as microrregiões com as piores distribuições são Vale do Açu, Macau e, principalmente, Litoral Nordeste. Nesta microrregião, quase 50% dos empregados permanecem, no máximo, três meses no mesmo emprego. Essa microrregião apresentou informações muito diferenciadas em pelo menos mais três variáveis

observadas anteriormente – faixa etária, grau de instrução e faixa de horas semanais trabalhadas, e sua especificidade, no que tange ao emprego formal já foi destacada em item anterior.

TABELA 23

Distribuição dos empregados formais, segundo faixas de tempo de permanência no atual emprego (em meses). Microrregiões do estado do Rio Grande do Norte, 2005.

(em %)

Microrregiões	Total ⁽¹⁾	Até 2,9	3,0 a 5,9	6,0 a 11,9	12,0 a 35,9	36,0 a 59,9	60,0 a 119,9	120 ou mais
Mossoró	100,0	10,5	14,5	15,2	22,8	12,1	10,8	14,2
Chapada do Apodi	100,0	3,7	5,1	8,3	16,1	16,7	20,9	29,3
Médio Oeste	100,0	2,4	2,3	9,6	18,7	4,3	26,8	35,8
Vale do Açu	100,0	11,1	8,7	19,5	25,2	11,7	12,0	11,9
Serra de São Miguel	100,0	0,5	1,9	9,7	9,2	18,2	36,9	23,5
Pau dos Ferros	100,0	1,8	2,4	9,7	11,2	10,6	27,6	36,6
Umarizal	100,0	2,2	2,5	15,8	7,4	14,6	31,3	26,2
Macau	100,0	5,9	3,8	26,1	26,7	8,1	16,5	12,9
Angicos	100,0	2,0	4,9	19,1	10,7	12,1	25,6	25,7
Serra de Santana	100,0	3,5	3,4	22,9	12,3	16,0	23,0	18,8
Seridó Ocidental	100,0	5,5	7,1	18,9	21,5	10,6	17,1	19,2
Seridó Oriental	100,0	8,6	7,2	14,1	16,7	10,3	22,6	20,5
Baixa Verde	100,0	6,5	5,9	15,0	13,9	9,0	26,6	23,1
Borborema Potiguar	100,0	2,9	3,9	11,9	14,8	11,4	29,7	25,4
Agreste Potiguar	100,0	2,6	4,9	19,3	19,7	13,9	25,6	14,0
Litoral Nordeste	100,0	49,5	7,7	10,5	12,0	8,5	7,5	4,3
Macaíba	100,0	8,1	7,0	16,0	25,5	19,4	13,3	10,7
Natal	100,0	7,4	6,4	11,7	19,6	10,1	12,0	32,9
Litoral Sul	100,0	7,9	21,5	12,0	20,2	14,2	16,3	7,9
Total das Microrregiões	100,0	8,6	7,7	13,3	19,8	11,3	14,0	25,3

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclusive as pessoas sem declaração para o tempo de permanência no atual emprego

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E RENDA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE

4.1 As Políticas Públicas de Emprego e Renda no Brasil

A década de 1980 foi considerada por muitos “a década perdida”, em razão do baixo crescimento econômico, situação que se mantém na década subsequente cujo modelo macroeconômico adotado está voltado mais à estabilidade monetária do que a políticas de crescimento. Por outro lado, nos anos de 1990, acompanhou-se os efeitos da chamada reestruturação produtiva, que resultaram principalmente em mudanças tecnológicas e organizacionais, que apesar de proporcionarem ganhos de produtividade, resultaram numa drástica redução no número de postos de trabalho, com rebatimentos principalmente sobre o nível geral de emprego formal¹⁰.

Até os anos de 1990 as políticas de geração de emprego no país estiveram quase sempre vinculadas às políticas macroeconômicas, isto é, poucas eram as políticas específicas voltadas para o mercado de trabalho e, quando existiam, eram muito mais de caráter assistencial que direcionada à geração de emprego. É a partir da aprovação de uma legislação voltada à seguridade social, mas, concebida como um conjunto integrado de ações de emprego, é que passou a desenvolver ações estratégicas para fomentar o combate ao desemprego. Prova disto é que o Ministério do Trabalho e Emprego se estrutura com base nessa concepção, cujo sistema integrado prevê ações orientadas para atenuar as imperfeições existentes no mercado de trabalho.

A redução no número de postos de trabalho, aliada ao baixo crescimento econômico, revelou um cenário desafiador para os formuladores de políticas públicas: alto nível de desemprego, elevação substancial das formas precárias de inserção no mercado de trabalho e a conseqüente degradação social, com o crescimento dos índices de pobreza. Estes resultados, e o entendimento de que as políticas macroeconômicas de caráter geral não davam conta de reverter essa situação, pelo contrário, o modelo apenas a agravou, revelavam a necessidade de uma atuação pública voltada para as ações de emprego. Desta forma, a partir dos anos de 1990, começa a delinear-se no Brasil o

¹⁰ Por emprego formal está sendo considerado relações de trabalho formalizado por um contrato de trabalho

chamado Sistema Público de Emprego, tendo como base principal os recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, conforme aponta Azeredo e Ramos (1996).

Ações anteriores a esse período buscaram atuar sobre as deficiências de oferta e demanda de trabalho. A principal delas é a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE), em 1976, cuja finalidade principal é atuar sobre o desemprego friccional. Ou seja, intermediar a procura por emprego e as vagas ofertadas no mercado de trabalho. A instituição do Seguro-Desemprego, apesar de sua previsão legal desde 1986, como assistência temporária a algumas categorias de desempregados, só se viabiliza efetivamente a partir da constituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Segundo Todeschini (2005), em razão da escassez de recursos é necessário que haja uma estratégia de desenvolvimento que integre os âmbitos nacional, estadual e local com a participação efetiva dos atores sociais. Nesse sentido, ele aponta a necessidade de se consolidar e integrar os Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social, desenvolver a gestão participativa do CODEFAT e desenvolver e revitalizar as ações das Comissões estaduais e municipais de emprego e renda.

O desafio posto para a redução do desemprego e eliminação das formas precárias de inserção no mercado de trabalho, com geração de renda, vai além das mudanças na política macroeconômica e da estruturação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, exige a integração desse sistema com as demais políticas públicas de emprego e de desenvolvimento econômico.

Apesar dos desafios que se colocam para a efetiva estruturação do Sistema Público de Emprego no Brasil, esforços têm sido feitos em busca do seu aperfeiçoamento, principalmente a partir dos anos 2000.

Atualmente a estrutura existente compõe-se das seguintes linhas gerais:

- **Intermediação de Mão-de-Obra** – atividades são desenvolvidas pelo SINE, através do encontro entre as demandas específicas do empregador e o trabalhador que busca colocação ou recolocação no mercado de trabalho.

- **Seguro-Desemprego** – programa de assistência temporária de renda que atende a algumas categorias de desempregados, cujas modalidades são: Seguro-Desemprego do trabalhador dispensado sem justa causa (mercado formal), Seguro-Desemprego Pescador Artesanal, Seguro-Desemprego Empregado Doméstico, Seguro-Desemprego Trabalhador Resgatado da condição análoga a de escravo e Bolsa qualificação.

- **PROGER** – Programa de Geração de Emprego e Renda - é um conjunto de linhas especiais de crédito para financiar quem quer iniciar ou investir no crescimento de seu próprio negócio, tendo por objetivo gerar e manter emprego e renda.

- **Microcrédito Orientado e assistência ao empreendedorismo individual e coletivo:** esta modalidade visa incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. Disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico com vistas ao fortalecimento institucional para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

- **O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)** – direcionado a jovens com idade entre 16 a 24 anos, sem experiência no mercado de trabalho formal, com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, cursando ou tenham completado o ensino fundamental ou médio, com destaque para focos de discriminação social. As ações do programa são: Aprendizagem, Captação de Vagas, Consórcio Social da Juventude, Jovem Empreendedor, Serviço Civil Voluntário e Soldado Cidadão.

- **PNQ – Plano Nacional de Qualificação** – visa ser um plano amplo que contribua para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional, a partir de convênios realizados com Secretarias Estaduais e Municipais de Trabalho (PLANTEQ's) e com Entidades da Sociedade Civil (PROESQ's). Além da celebração de Planos Setoriais de Qualificação (PLANSEQ's) para atuar junto a Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas.

Além dos instrumentos citados acima, um outro componente importante do Sistema Público de Emprego é o sistema de informações oficiais que visa permitir maior e melhor conhecimento do mercado de trabalho de dar suporte para elaboração de políticas públicas mais eficazes.

4.1.1 Resultados dos Principais Programas e Ações Direcionadas ao Mercado de Trabalho

De cada uma das linhas gerais citadas derivam programas e ações, cujos recursos são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, geridos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

Esses programas e ações são de duas naturezas – orçamentária (com a execução de despesas fixadas no Orçamento Geral da União – OGU) e não orçamentárias (ocorrem por meio de operações financeiras na modalidade de Depósitos Especiais).

Todos os programas/ações implementados com recursos do FAT estão de acordo com os seis objetivos definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE que, por sua vez, tem como base a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo definida no Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2004-2007.

Os seis objetivos definidos pelo MTE são:

– implementar um Sistema Público de Emprego para a promoção de políticas universais de emprego, trabalho e renda, orientadas pela gestão participativa, maior inserção no mercado de trabalho, ampliação de emprego e renda, cidadania e a qualificação de trabalhadores, estabelecendo parâmetros de integração com as políticas de desenvolvimento econômico e social;

-
- combater a precarização e a discriminação no trabalho e ampliar o alcance da fiscalização por meio da eficaz aplicação das normas legais e convencionadas, especialmente as de proteção à vida e à saúde, e de mecanismos de controle social;

 - promover um novo contrato social em torno das questões sindicais e trabalhistas e fomentar as práticas de mediação de conflitos das relações de trabalho;

 - promover políticas de integração internacional dos direitos do trabalho, com base no fortalecimento da inclusão e no diálogo social;

 - melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços à sociedade mediante a revisão das práticas de gestão e a democratização do acesso às informações de relações do trabalho;

 - apoiar e estimular o microcrédito, o empreendedorismo e as demais atividades econômicas alternativas que proporcionem um aumento dos postos de trabalho, promovendo a inclusão social;

Um dos instrumentos de acompanhamento dos programas/ações realizados com recursos do FAT é o Relatório de Gestão do FAT, cujas informações sobre os programas e ações selecionados são apresentadas a seguir, nos Quadros 2 e 3, para os anos 2004, 2005 e 2006. As informações apresentadas não visam fazer uma avaliação detalhada desses programas/ações, mas, permitir acompanhar a sua evolução.

QUADRO 2

Programas/Ações selecionados de execução orçamentária realizados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Brasil, 2004-2006.

Programas ⁽¹⁾ / Ações	Produto	Metas Realizadas					
		Quantidade			Valores (em R\$ mil)		
		2004	2005	2006	2004	2005	2006
Erradicação do Trabalho Infantil							
Publicidade de Utilidade Pública	não especificado					47	35
Integração das Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda⁽²⁾							
Identificação da População por meio da CPTPS	CPTPS emitidas	6.461.324	5.971.197	5.708.242	4.467	6.104	9.920
Bolsa de QP para trabalhador com contrato suspenso	Trabalhador Beneficiado	3.059	3.922	3.672	3.781	3.903	6.256
Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego	Trabalhador Habilitado	4.335.084	5.245.534	5.866.887	26.038	27.630	40.730
Pagamento do Seguro-Desemprego	Trabalhador Beneficiado	4.752.750	5.245.534	5.592.747	7.015.643	8.396.273	10.601.012
Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico	Trabalhador Beneficiado	8.550	9.358	10.389	7.005	8.850	10.455
Pagamento do Abono Salarial	Trabalhador Beneficiado	8.892.445	9.685.483	11.095.398	2.286.807	2.755.121	3.957.194
Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	887.554	827.564	877.171	77.517	84.401	89.393
Programa de Qualificação Social e Profissional⁽²⁾							
Identif. e Dissem. de Metodologias e Tecnologias Sociais de Qualificação	Metodol. e Tecnol. implantadas	17	23	6	8.550	6.840	3.692
Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Ações do SPETR e de Economia Solidária	Trabalhador Qualificado	71.181	71.999	92.972	21.944	43.162	39.947
Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Políticas de Inclusão Social	Trabalhador Qualificado	42.709	25.635	23.396	31.000	12.654	19.104
Qualificação de Trabalhadores para Manutenção do Emprego e Incremento da Renda	Trabalhador Qualificado	28.473	15.902	56.973	11.540	21.889	19.060
Recursos Pesqueiros Sustentáveis							
Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal	Pescador Beneficiado	150.871	165.114	301.437	158.448	212.423	331.117
Erradicação do Trabalho Escravo⁽²⁾							
Pagamento de Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo	Trabalhador Beneficiado	1.938	3.043	2.759	1.365	1.842	4.152
Operações Especiais: Financiamentos com Retorno							
Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES	Não especificada				6.257.120	6.851.986	7.628.057

Fonte: MTE. Relatório de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador
Elaboração: DIEESE

Os programas e ações de execução não-orçamentários estão classificados no Relatório de Gestão do FAT em dois tipos: ações cadastrados no SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e programas/linhas de crédito instituídos pelo CODEFAT. Alguns desses programas/linhas de crédito instituídos pelo CODEFAT podem ter correspondência com aquelas ações cadastradas no SIGPlan, todavia, os programas/ações apresentados no Quadro 3 não têm correspondência.

QUADRO 3
Programas/Ações de execução não-orçamentária realizados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Brasil, 2004-2006.

Programas	Número de Ações/Produtos			Metas Realizadas					
				Quantidade			Valores (em R\$ mil)		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Programa/Ações Cadastrados no SIGPlan									
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego e Renda	6	6	6	1.673.387	2.569.389	2.366.261	8.014.971	14.081.693	12.267.151
Programas e Linhas de Crédito Aprovados pelo CODEFAT (não cadastrados no SIGPlan)									
	10	20	15	523.196	2.982.294	440.295	5.162.068	21.182.971	12.785.043

Fonte: MTE. Relatório de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador
Elaboração: DIEESE

4.2 Experiências de Políticas Públicas de Emprego e Renda no Rio Grande do Norte

Os programas e ações voltados para o mercado de trabalho são executados, em última instância, nos estados e municípios, algumas deles utilizam recursos financeiros apenas no âmbito federal, mas contam com as estruturas físicas dos estados e municípios na sua execução. Outras, além de recursos federais, contam também com recursos financeiros dos estados e dos municípios onde estão sendo executadas. Além disso, algumas ações direcionadas ao mercado de trabalho realizadas nos estados e municípios podem contar com outras parcerias – ONG, setor privado, organismos estrangeiros etc.

Este trabalho de pesquisa tentou mapear o maior número possível de ações desenvolvidas pelo poder público no estado do Rio Grande do Norte direcionadas ao mercado de trabalho, seja na intermediação, qualificação, assistência ou geração de emprego e renda.

O resultado dessa pesquisa levou a classificar essas ações em dois tipos: de um lado, as ações relacionadas pelo Governo do estado em seu Relatório que trata das Ações da Área do Trabalho (Dezembro/2006). De outro, as ações indicadas por vários representantes de órgãos e secretarias públicas do estado e municípios contatados pela equipe de pesquisa, e para os quais foi passado questionário contendo uma série de itens que visavam identificar essas políticas, que podem ou não ter cruzamento com as informações contidas no relatório do Governo do Rio Grande do Norte.

4.2.1 Principais Programas/Ações Executados pelo Governo do Rio Grande do Norte por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS

Os programas/ações executados pela SETHAS no estado do Rio Grande do Norte, em sua maioria, têm relação direta com os programas do Governo Federal. As informações sobre cada um desses programas são apresentadas em seguida.

- Central do Trabalhador

É uma iniciativa do Governo do estado do Rio Grande do Norte que se propõe a centralizar diversos serviços prestados ao trabalhador, alguns dos serviços prestados correspondem aos programas/ações desenvolvidos dentro das políticas públicas nacionais, são eles: Assistência social, psicológica, jurídica e preparação para entrevistas; Serviços prestados pelo SINE – intermediação de emprego, atendimento/encaminhamento para o seguro-desemprego, atendimento dentro do programa primeiro emprego etc.; Telecentro para qualificação em informática e uso da Internet; Espaço e Auditório para encontros de associações, cooperativas, sindicatos, e para palestras e conferências; Centro de exposição e venda de artesanato; Banco do Povo – voltado para o micro-crédito; Agência Virtual do Cidadão – presta serviços de apoio aos micro e pequenos empreendedores; Serviços como expedição de identidade, defensoria pública, além de espaço de lazer.

Em todo o estado são sete centros (Mossoró, João Câmara, São José do Mapibu, Ceará Mirim, São Gonçalo do Amarante, Angicos e Assu). Segundo o Governo do Estado, foram investidos nesses centros, no período 2005-2006, R\$ 2.592,5 mil. Entre abril de 2005 e outubro de 2006, ou seja, 18 meses, foram atendidos 166.005 trabalhadores.

- Intermediação (SINE)

As informações sobre intermediação de mão-de-obra estão apresentadas sob duas formas, intermediação geral e a intermediação dos profissionais autônomos prestadores de serviços domiciliares, como diaristas, pedreiros, jardineiros etc. Segundo informações contidas no relatório, todos os profissionais cadastrados nessa modalidade são qualificados na sua profissão, tendo como referência trabalhos anteriores. As taxas de efetividade das políticas de intermediação estão explicitadas nas Tabelas 24 e 25.

TABELA 24
Evolução da intermediação de mão-de-obra realizada pelo SINE.
Rio Grande do Norte, 2003-2006.

Ações (em unidade)	2003	2004	2005	2006
Trabalhadores Inscritos (A)	26.612	25.145	42.550	32.353
Trabalhadores Encaminhados (B)	21.869	21.664	28.921	30.458
Trabalhadores Colocados (C)	4.993	5.382	6.685	6.890
Proporções (em %)				
B/A	82,2	86,2	68,0	94,1
C/A	18,8	21,4	15,7	21,3

Fonte: Governo do estado do Rio Grande do Norte/SETHAS/SINE

Elaboração: DIEESE

Obs.: Para 2006, dados até dezembro

TABELA 25

Evolução da intermediação de profissionais autônomos prestadores de serviços domiciliares.
Rio Grande do Norte, 2003-2006.

Meta / Encaminhamento	2003	2004	2005	2006	Variação (%)	
					2006/2003	2006/2005
Meta	1.300	2.000	3.000	3.950	203,8	31,7
Trabalhadores Efetivamente Encaminhados	1.602	2.728	3.934	5.550	246,4	41,1

Fonte: Governo do estado do Rio Grande do Norte/SETHAS/SINE

Elaboração: DIEESE

Obs.: Para 2006, dados até novembro

- Seguro-Desemprego

As informações sobre Seguro-Desemprego apresentadas na Tabela 26, não foram extraídas do Relatório do Governo, dado que esse trás as ações realizadas pelo SINE, que é um dos agentes que prestam o serviço de atendimento ao trabalhador que busca o Seguro. Portanto, as informações apresentadas têm fonte no sistema de informações estatísticas do MTE, que agrega as informações de todas as instituições que prestam esse serviço.

TABELA 26
Evolução do número de trabalhadores que recebem o Seguro-Desemprego.
Rio Grande do Norte, 2003-2006.

Meta / Encaminhamento	2003	2004	2005	2006
Ocorrência (em unidade)				
Desligados (A)	98.114	119.293	119.443	131.626
Dispensados sem justa causa (B)	87.735	78.811	71.690	74.877
Segurados (C)	62.109	61.963	69.265	71.521
Proporções (em %)				
C/B	70,8	78,6	96,6	95,5

Fonte: MTE. SAEG
Elaboração: DIEESE

- Programas/Projetos direcionados à inclusão de jovens entre 16 e 24 anos no mercado de trabalho

São três os programas/ações direcionados à inclusão de jovens entre 16 e 24 anos no mercado de trabalho executados em alguns municípios do estado do Rio Grande do Norte:

Programa Primeira Chance (o mesmo que Primeiro Emprego), que beneficia jovens de 15 municípios no estado nos segmentos de comércio e serviços. Segundo informações do Governo do Estado, esse programa, que contou com a parceria de 4.207 empresas, 7.416 jovens, e recebeu R\$ 25.828 mil em recursos estaduais. Ainda segundo o Governo do estado, foi comprovado, através de pesquisa, que 48% dos jovens que participaram do programa permaneceram no quadro efetivo das empresas, e que 77% das empresas parceiras declararam que renovariam a parceria;

Projeto Juventude Cidadã: É um projeto que tem como objetivo qualificar os jovens através do aprendizado teórico e prático. O projeto prevê, em seu módulo prático, a prestação de serviços à comunidade. Além de cursos profissionalizantes: Qualificação Sócio-Profissional, Planejamento e Prestação de Serviço Voluntário à Comunidade, Formação em Direitos Humanos, Ingresso no Mundo do Trabalho, Estímulo e Apoio à Elevação da escolaridade. Os jovens participantes do Projeto recebem auxílio financeiro no valor de R\$ 600, divididos em 5 parcelas de R\$ 120. As metas estipuladas pelo Governo do Estado, expostas em seu Relatório, prevê investimentos de R\$ 13.000 mil, e o atendimento de 12 mil jovens de 26 municípios do estado.

Programa Jovem Empreendedor: Uma alternativa de inclusão no mercado de trabalho para jovens concluintes do ensino médio que queiram montar o próprio negócio. Além disso, o programa visa combater a exclusão digital. Segundo o Governo do Estado, este programa atendeu 9.000 jovens em 22 municípios, no período 2003-2006, e recebeu investimentos de R\$ 1.419 mil, sendo R\$ 750 mil em recursos estaduais. Nesse mesmo período, 157 jovens foram beneficiados com o microcrédito, no valor total de R\$ 365,5 mil.

- Programa de Intermediação de Crédito

São três tipos os programas de intermediação de crédito executados pela SETHAS-RN: o já citado microcrédito do Programa Jovem Empreendedor; o programa microcrédito Banco do Povo; e o Programa RED CRED, que conta com parcerias da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte e com OSCIP's (Crednatal e Valer Assu). São direcionados aos pequenos empreendedores formais e informais, e visam fornecer, além do crédito, auxílio na elaboração de planos e assistência técnica.

Foram 7.069 as operações contratadas pelo microcrédito Banco do Povo, no período 2003-2006, no valor total de R\$ 24.887 mil. Já o programa RED CRED realizou 192 operações de crédito, no valor total de R\$ 105,7 mil.

- Programa Estadual de Artesanato – PROART-RN

Este programa, direcionado ao desenvolvimento das atividades artesanais no estado, com incremento da renda para os artesãos, através de diversas ações, como isenção de ICMS, qualificação dos artesãos, intermediação de microcrédito e auxílio na ampliação da divulgação e dos canais de comercialização da produção.

No período 2003-2006, 10.000 artesãos foram cadastrados, e receberam uma Identidade Profissional que o habilita a ficar isento do recolhimento de ICMS na venda dos produtos e ainda receber descontos em lojas de matérias-primas.

O estado implantou 7 pontos de comercialização em cada uma das centrais do trabalhador, dentre outras ações nesse sentido, como promover a ida de artesãos a Feiras Nacionais, além de promover a participação em feiras permanentes realizadas na capital do estado. As informações contidas no relatório, no entanto, não fornecem indicadores de evolução do programa no estado.

- Programa Nacional de Qualificação Profissional

Com o objetivo de qualificar e requalificar os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. Este programa se subdivide em dois tipos de ações: Ações Estaduais e Ações Federais.

- Ações Estaduais: Programa Estadual de Qualificação; Projeto Asa Branca 2005; Qualificação Barreira Roxa; e Qualificação na Central do Trabalhador. Esses programas qualificaram 43.484 trabalhadores, no período 2003-2006, e o total de recursos estaduais destinados foi R\$ 8.187 mil.

- Ações Federais: Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ-RN; Renda nas Mãos 2003; Serviço Civil Voluntário – SCV 2004; Qualificação com as Famílias do PETI 2004. Nesses programas, foram qualificados 60.635 trabalhadores, no período 2003-2006, e investidos um total de R\$ 5.729 mil.

4.2.2 Informações sobre programas/ações voltados para o mercado de trabalho desenvolvidos por algumas secretarias/órgãos/instituições públicas

Como destacado anteriormente, esse item reúne algumas informações sobre ações voltadas para o mercado de trabalho, realizadas por algumas secretarias/órgãos/instituições que participaram das atividades no âmbito do Projeto DIEESE/MTE-GM/FBB. Estas informações foram coletadas através de questionários diretos, e algumas das ações relacionadas podem estar inseridas/ou mesmo serem iguais a algumas das ações já mencionadas anteriormente. Os resultados do levantamento são apresentados em seguida no Quadro 4.

Além das ações apresentadas no Quadro 4, outros programas e projetos são desenvolvidos no Rio Grande do Norte, sobre os quais não nos foram enviadas informações mais detalhadas. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC desenvolve alguns programas que, apesar de não estarem classificados como programas de geração de emprego e renda, têm impactos sobre a geração de emprego, entre eles está o PROADI – Programa de Desenvolvimento Industrial, que é um programa de incentivo à instalação e ampliação de empresas industriais no Estado, a partir de incentivo fiscal - redução do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. O Governo do estado desenvolve o Programa do Leite, que garante a compra da produção de pequenos produtores reunidos em associação, esta produção adquirida pelo governo destina-se à distribuição gratuita de leite para crianças, idosos e mulheres grávidas.

QUADRO 4

Programas/Ações realizados por Secretarias/Instituições públicas.
Rio Grande do Norte, 2006.

(continua)

Instituições / Projetos-Ações	Objetivo	Público Alvo	Abrangência	Parcerias	Resultados	Entraves	Recursos (R\$ mil)	
							próprios	terceiros
Fundação Banco do Brasil								
Feira de artesanato dos Servidores da UFRN	Ampliação do Galpão do Centro de Convivência da UFRN para acomodar artesanato dos servidores	Comunidade de familiares e servidores da UFRN	Município de Natal	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	Exposição de 70 servidores e familiares	Nenhum	7,5	135,0
Projeto de Revitalização de Mini Fábricas de Castanha de Caju do RN (construção/revitalização/aquisição de equipamentos)	Agregar valor à produção de pequenos produtores de caju	Associações e Cooperativas de produtores de caju	estadual	6 governos municipais / SEBRAE / EMPARN / CONAB / TELEMAR	150 empregos diretos e 700 indiretos	falta de capital de giro / inexperiência / falta de capacitação / dificuldade de comercialização	Total: 1,3 milhão	
Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social de Currais Novos - SEMTHAS								
Unidade Produtiva de Artesanato Mineral	cursos de lapidação de gemas, artesanato mineral, produção de jóias e bijuterias	jovens acima de 18 anos	municipal	Governo Federal / Municipal / ADENE/ Cooperativa dos Mineradores Potiguares/ SEBRAE	62 trabalhadores qualificados	pouca escala/ dificuldade de comercialização	Total: 60,0	
Instituto de Assistência Técnica e extensão Rural - EMATER-RN								
Compra Direta Local da Agricultura Familiar	incentivar a produção agropecuária de produtores familiares através da compra com remuneração adequada/ promover a segurança alimentar	agricultores familiares	131 municípios	Governo Federal/Governos Municipais/Sindicatos de Trabalhadores Rurais/CONSAD	4.709 agricultores/ fornecedores; e 402.510 pessoas em estado de segurança alimentar	logística e comunicação	680,0	7.850,8
Protagonismo Juvenil	capacitar jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, através de ações educativas complementares junto às escolas de ensino fundamental, visando o resgate sócio-cultural, a auto-estima, a cultura da cooperação e o protagonismo juvenil.	jovens e adolescentes	50 municípios do estado	Governo Federal	Inclusão de 3.000 jovens em projetos de geração de emprego e renda, cultura e lazer, prestação de serviços à comunidade nas campanhas de Natal Sem Fome e Selo Unicef; participação em feiras regionais e estaduais, apresentações teatrais		total: 360,0	
Escola de Inclusão Digital e Cidadania	através de projeto, possibilitar a redução das desigualdades sociais e criar novas condições de negócios, geração de emprego e renda, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população rural	população rural	63 municípios do estado	Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Microsoft; Ministério da Educação; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Comunicações; Prefeituras Municipais	utilização do recurso nos pequenos negócios; melhoria do desempenho funcional dos servidores públicos municipais; inclusão do deficiente auditivo; inserção de alunos no Mercado de trabalho, e redução da evasão escolar.		Total (em torno de): 9.174,9	

QUADRO 4
Programas/Ações realizados por Secretarias/Instituições públicas.
Rio Grande do Norte, 2006.

(continua)

Instituições / Projetos- Ações	Objetivo	Público Alvo	Abrangência	Parcerias	Resultados	Entraves	Recursos (R\$ mil)	
							próprios	terceiros
Secretaria de Estado do Turismo								
Diagnóstico da Demanda e Oferta de Capacitação profissional, empresarial e dos gestores de ONG's	identificar as demandas de capacitação e implementar programa de capacitação	profissionais/empresários e gestores de ONG's do Pólo Costa das Dunas	municípios do Pólo Costa das Dunas	Governo Federal/Ministério do Turismo	será realizada capacitação de acordo com as demandas identificadas no diagnóstico	burocracia para firmar convênio com o Governo Federal	Total: 97,0	
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Natal - SEMTAS								
Projeto Juventude: Das Ruas À Via da Inclusão Produtiva	Oferecer, a 2000 jovens, oportunidade informativa, inovadora e criativa de desenvolvimento pessoal, social e profissional, visando a inserção de pelo menos 30% deles no mercado de trabalho	jovens entre 18 e 24 anos egressos dos Programas Agente Jovem, Bolsa Família, PETI, Canteiros e Sentinela	Município de Natal	sem parceria		atraso na implantação, que deveria ter sido em 2006, por conta de problemas com liberação de recursos da Petrobrás, que estava prevista como parceira.	3.227,1	
Centro Público de Trabalho e Renda	ampliar a oferta de emprego através da relação empregador-Centro Público do Trabalho e Renda via serviços de telemarketing	maiores de 16 anos	Município de Natal	sem parceria			951	
PRODAM - Programa de Desenvolvimento do Artesanato Municipal	incentivar a geração de emprego e renda e proporcionar aos artesãos melhores condições de trabalho e de comercialização do produto	artesãos	Município de Natal e Municípios da Grande Natal	sem parceria	2.900 artesãos cadastrados, com espaço para expor seus produtos no Mercado de Artesanato. Oportunidades para participar de feiras, cursos e palestras	dificuldade de conseguir parceria para o segmento do artesanato	76,4	
Qualificação Social e Profissional	qualificar social e profissionalmente jovens e adultos de baixa renda, tendo em vista a inclusão social e profissional	jovens a partir de 16 anos e adultos de baixa renda	Município de Natal	sem parceria	466 cursos com participação de 12.650 pessoas		754	

QUADRO 4

Programas/Ações realizados por Secretarias/Instituições públicas.
Rio Grande do Norte, 2006

(Conclusão)

Instituições / Projetos-Ações	Objetivo	Público Alvo	Abrangência	Parcerias	Resultados	Entraves	Recursos (R\$ mil)	
							próprios	terceiros
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Natal - SEMTAS								
Programa de Intermediação de Mão-de-Obra qualificada	intermediação com informação e orientação	pessoas acima de 18 anos que estão for a do mercado de trabalho, e jovens entre 16 e 18 anos para vagas de estágio	Município de Natal	MTE	3.953 cadastrados e 300 inseridos, em 2006	pouca oferta de vagas	total: 16,5	
Intermediação de financiamento a microempreendedores	através da intermediação de crédito entre microempreendedores e instituições financeiras e OSCIP's, oportunizar a geração de emprego e renda	microempreendedores informais	Município de Natal	Banco do Brasil, CEF, Banco do Nordeste, Crediamigo, SEAPE, CAM	1.195 intermediações realizadas em 2006	pouco recurso, ausência de fundo próprio de crédito, taxas de juros inadequadas, burocracia	total: 42,0	
Empreendimento de Economia Solidária Autogestionária	fomentar a promover a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando o desenvolvimento de cadeias e APL	empreendimentos solidários	Município de Natal	MTE, SENAES, SEBRAE, UFRN, Fórum Potiguar de Economia Solidária	acompanhamento técnico a 57 empreendimentos e incubação de 7 empreendimentos	Insuficiência de recursos, deficiência de formação/capacitação, dificuldades de crédito e de comercialização	589,0	189,0

Fonte: Pesquisa direta nas instituições

Elaboração: DIEESE

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Norte, obtidas a partir de estatísticas oficiais, mostram um quadro bastante heterogêneo, a exemplo dos dados nacionais, da inserção ocupacional, reflexo da diversidade de atividades econômicas tradicionais e modernas.

Deve-se considerar que muitas ações voltadas para a geração de emprego e renda já vêm sendo desenvolvidas no estado combinando políticas públicas nacionais com iniciativas locais. É evidente que políticas macroeconômicas tendem a exercer um papel importante na geração de postos de trabalho nos estados e municípios. Por exemplo, as estratégias de expansão das médias e grandes empresas obedecem a uma racionalidade econômica muitas vezes atrelada ao comportamento dos principais indicadores macroeconômicos.

No estado do Rio Grande do Norte, no período 2002-2005, o número de desempregados aumentou substancialmente. Esse crescimento ocorreu principalmente pela insuficiência da economia na geração de postos de trabalho, ou seja, 137 mil novas vagas, nesse período, não foram suficientes para absorver a pressão de mais 208 mil pessoas no mercado e trabalho a procura de trabalho.

Alguns pontos identificados pelo diagnóstico são apresentados a seguir:

- O desempenho econômico do estado do Rio Grande do Norte, no período 1985-2004, foi superior, em média, que o verificado para a região Nordeste e Brasil;
- Os setores que concentram o maior número de ocupados no estado foram: a administração pública, os serviços, o comércio e a indústria de transformação;

-
- Destacam-se como atividades mais dinâmicas economicamente aquelas ligadas à indústria petrolífera, a fruticultura irrigada, a carcinicultura e a indústria de confecções;

 - No período 2002-2005, o único setor onde a ocupação praticamente não cresceu foi o de serviços, responsável pela maior concentração de ocupados. Em termos absolutos, os setores que mais geraram ocupações foram o comércio, o setor agrícola e a indústria. No entanto, deve-se destacar a queda tanto da ocupação (PNAD) quanto do emprego formal (RAIS) agrícola no período 2004-2005.

 - De todos os ocupados no Rio Grande do Norte, em 2005, 14,1% não recebiam nenhum rendimento e 45,9% recebiam até 1 salário mínimo;

 - No período 2002-2005, na distribuição dos ocupados por faixa de rendimento, cresce a participação de duas categorias: ocupados sem remuneração (de 12,4%, em 2002, para 14,1%, em 2005);

 - Dos ocupados no Rio Grande do Norte, apenas 36,4% contribuem para a Previdência Social, apesar de ser uma média maior do que a observada na região Nordeste, 28% -, não se pode negar que é muito baixa esta proporção de contribuintes, pois deixa 63,6% dos ocupados do estado fora do sistema de proteção social. Destacando que este resultado reflete a estrutura do mercado de trabalho no estado, onde apenas 40% dos ocupados estão dentro da contratação padrão, isto é, empregados com carteira assinada e empregados militares e funcionários públicos estatutários.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE - IDEMA

Anuário estatístico do Rio Grande do Norte. Natal, 2006. Disponível em:

<http://www.idema.rn.gov.br/anuario.asp> . Acesso em: 18 dez. 2006.

AZEREDO, Beatriz. RAMOS, Carlos A. Políticas públicas de emprego e renda: experiências e desafios. **Planejamento e Políticas Pública**, IPEA, Brasília, n. 12, maio 1996. Semestral.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo, 2001.

DIEESE. **Balanco das negociações dos reajustes salariais 2006.** São Paulo, mar. 2007. (Estudos e Pesquisas, 33). Disponível em: <http://www.dieese.org.br>.

DIEESE. **Metodologia para a realização de diagnósticos de mercado de trabalho com a participação de atores sociais.** São Paulo, 2006.

DIEESE. **Perfil do mercado de trabalho na década de 90 em Goiás.** Goiânia, jan. 2003.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edílson Alves de; ROCHA, Aristotelina, P. Barreto. **Atlas Rio Grande do Norte: espaço geo-histórico e cultural.** João Pessoa, PB: Grafset, 2006.

GALVÃO, Francimar de A.; LIMA, Maria D. dos A. **A evolução industrial do Rio Grande do Norte: um desenvolvimento proporcionado a partir das necessidades geradas no setor primário.**

[S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em:

http://www.seol.com.br/rmnaweb/historia/republica/industrias_rn_70.htm

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS. Subsecretaria do Trabalho. Coordenadoria do Trabalho e Renda – SINE. **Relatório das ações área do trabalho: 2003-2006.** Rio Grande do Norte, dez. 2006.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2005.** Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2005/default.shtm> . (Tabelas importantes: 50/49, 12/11, 10/09)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Relatório de gestão do FAT**: exercício 2004. Brasília, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO. Setor de Pesquisa e Estatística. **Natal e sua região Metropolitana**. Natal, RN, 2006.

REVISTA DA FAPERN, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte, FAPERN, Natal, RN, v.1, n. 2, out./nov. 2005.

SEPLAN-RN/. **Perfil do Rio Grande do Norte**. Natal, 2002. Disponível em:

<http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/perfilrn/Introducao.pdf>

TEIXEIRA E SILVA, Zivanilson. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte**. Natal, RN, 26 abr. 2006. Disponível em: <http://sol.ccsa.ufrn.br/ccsa/docente/zivanilson/EvEconRN.html>

TODESCHINI, Remígio. **Desafios para a construção do sistema público de emprego, trabalho e renda**. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005. 44 p. – (Construindo Ações Integradas, 1: Coleção Qualificação Social e Profissional).

Documentos consultados

RIO GRANDE DO NORTE. Leis e Decretos. Lei complementar (Estadual) N° 315, de 30 de novembro de 2005. Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 152, de 16 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Natal, e dá outras providências.

Páginas Visitadas na Internet

ABCC - Associação Brasileira de Criadores de Camarão. Disponível em:

<http://www.abccam.com.br/>. Acesso em: 09 abr. 2007.

EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte. Disponível em:

<http://www.emparn.rn.gov.br> . Acesso em: 06 fev. 2007.

FAPERN - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em:

<http://www.fapern.rn.gov.br> . Acesso em 13 fev. 2007.

Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura / Universidade do Rio Grande do Norte.

Disponível em: <http://www.funpec.br> . Acesso em: 07 fev. 2007.

Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.rn.gov.br/acess/capa.asp> .

Acesso em: 14 dez. 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rio de Janeiro. **Contas regionais do Brasil**, 2004. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/1985_a_2004/ . Acesso em: 20 abr. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Produto interno bruto**. Rio de Janeiro, 2004.

Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2004/ . Acesso em: 16 abr. 2007.

IDEMA -Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. Disponível em:

<http://www.idema.rn.gov.br/anuario.asp>.

IPEA –Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp12/parte5.pdf> . Acesso em: 12 jun. 2007.

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.

Secretaria de Desenvolvimento de Produção. Brasília. Disponível em:

http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/arrProLocais/relatorios/relatorio_APL_UF_parametro.php . Acesso em: 07 abr. 2007.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Brasília. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=246&Itemid=361> . Acesso em: 10 abr. 2007.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **RAIS/CAGED on line**. Brasília.

Disponível em: <http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/PDET/Acesso/RaisOnLine.asp> .

Acesso em: 10 jan. 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Sistema de acompanhamento estatístico-gerencial do seguro-desemprego - SAEG.net**. Disponível em:

<http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp#> . Acesso em: 12 mar. 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **A história do MTE**. Brasília. Disponível em:

<http://www.mte.gov.br/institucional/historia.asp> . Acesso em: 12 jun. 2007.

SEBRAE/SIGEOR – Sistema de Gestão de Informação Estratégica Orientada Para Resultados.

Disponível em: <http://www.sigeor.sebrae.com.br/> . Acesso em: 07 abr. 2007.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Norte.

Disponível em: <http://www.sebraern.com.br> . Acesso em: 20 mar. 2007.

SEDEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte.

Disponível em: <http://www.sedec.rn.gov.br> . Acesso em: 06 fev. 2007.

SETHAS - Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte.

Disponível em: http://www.rn.gov.br/acess/lista_orgaos.asp . Acesso em: 14 dez. 2006.

UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Disponível em: <http://www.ufersa.edu.br> .

Acesso em: 14 fev. 2007.

Wikipédia. Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%B5es_do_Rio_Grande_do_Norte . Acesso em: 18 dez. 2006.

ANEXOS

ANEXO I

Caracterização das bases de dados: **possibilidades, limitações e principais conceitos**

- 1.** *PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – IBGE*
- 2.** *RAIS – Relação Anual de Informações Sociais - MTE*

Caracterização das bases de dados: possibilidades, limitações; principais conceitos

1 PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A PNAD é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características sócio-econômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País. As estatísticas da Pesquisa Básica da PNAD são divulgadas anualmente para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas¹¹.

Mudança do conceito de trabalho nas novas PNADs

A partir de 1992, a PNAD foi ampliada tanto na sua cobertura temática (agregando temas como migração fecundidade e nupcialidade), como no conceito de trabalho. Conforme justificativa apresentada pelo IBGE, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente visando captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividades econômicas que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada.

¹¹ Em 1991 e 2000, por ocasião do Censo Demográfico, e em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD.

Na nova caracterização do conceito de trabalho o IBGE propõe uma nova classificação da posição na ocupação, além da ampliação do próprio conceito de ocupação. Suprimiu-se a subdivisão dos trabalhadores agrícolas volantes com ou sem intermediários, definiram-se duas novas categorias (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), além de isolar a categoria dos trabalhadores domésticos. Conforme justificativa apresentada, com o objetivo de captar de forma mais adequada à heterogeneidade das formas de organização das relações de trabalho, o IBGE passou ainda a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não remunerado pelo menos 1 hora na semana de referência, no lugar das 15 horas anteriormente exigidas.

As diferenças entre o atual conceito ampliado de trabalho e o conceito adotado anteriormente têm repercussões visíveis sobre as estatísticas de mercado de trabalho, resultando no crescimento da PEA Ocupada e conseqüente decréscimo da PEA Desempregada e/ou dos Inativos. Entretanto, as diferenças entre o atual conceito de trabalho das novas PNAD'S e o anterior não afetaram muito a enumeração dos trabalhadores com rendimento, sejam eles empregados, conta-própria ou empregadores, porque nestas já eram contabilizadas as pessoas que trabalhavam pelo menos 1 hora na semana de referência. Basicamente, o crescimento da PEA Ocupada é representado pelo contingente de trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso, além dos trabalhadores não remunerados que trabalharam pelo menos 1 hora na semana.

Outra modificação conceitual ocorreu na definição da atividade principal das pessoas que declararam exercer mais de uma atividade na semana de referência. As novas PNAD'S modificam o conceito de trabalho principal: a) troca-se o critério de remuneração pelo tempo de ocupação; b) amplia-se o período de referência da semana para o ano anterior à data da pesquisa. Esta mudança conceitual tende a modificar a composição setorial da ocupação inflando alguns setores onde o trabalho não remunerado e/ou o trabalho precário é freqüente (ex: agricultura, prestação de serviços pessoais, comércio, construção civil), dificultando a comparação com as estatísticas anteriores.

Implicações para o setor da construção civil

As diferenças entre o atual conceito de trabalho e o conceito adotado antes de 1992 têm repercussões sobre as estatísticas dos mercados de trabalho caracterizados pela precariedade da inserção caso da ocupação no setor da construção civil e da ocupação agrícola:

- a) A grande maioria dos trabalhadores não remunerados que foram incluídos na PEA em função da redução do período mínimo de trabalho de 15 horas para 1 hora na semana de referência está ocupada em atividades agrícolas ou não-agrícolas precárias que demandam apenas tempo parcial;
- b) A inclusão das categorias trabalho na produção para o próprio consumo ou **na construção para o próprio uso** afeta a PEA agrícola e a PEA não-agrícola na medida em que o mercado de trabalho urbano se caracteriza por relações precárias de inserção;
- c) A categoria dos trabalhadores não remunerados foi a principal responsável pelo crescimento da PEA Ocupada e conseqüente decréscimo da PEA Desempregada e/ou dos Inativos, a partir de 1992, dificultando a comparação destas categorias econômicas com aquelas geradas anteriormente. Mercados de trabalho caracterizados pela expressividade da informalidade ou atividades agrícolas (o mercado de trabalho no estado da Bahia, por exemplo) são especialmente afetados pelas modificações implantadas;
- d) Em resumo, as mudanças introduzidas nos novos questionários – particularmente no conceito de trabalho e na investigação da ocupação e atividade principal – comprometem a comparabilidade da PNAD de 1990 com a dos anos posteriores, exigindo esforços de ajuste a partir dos micro-dados da pesquisa. Entretanto tais mudanças não afetam a análise feita neste estudo, pois foram utilizadas apenas as informações a partir de 2002.

Principais conceitos

Conceito de trabalho

Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços;
- b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico;
- c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:
 - Em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador;
 - Em ajuda as instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo; ou,
 - Como aprendiz ou estagiário;
- d) Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana:
 - Na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou
 - Na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Portanto, no conceito de trabalho caracterizam-se as condições de:

- Trabalho remunerado (itens a e b);
- Trabalho não remunerado (item c); e,

-
- Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (item d).

Procura de trabalho

Definiu-se como procura de trabalho a tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a inscrição em concurso; a consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou através de anúncio; a tomada de medida para iniciar negócio; etc.

Condição de ocupação

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

Pessoas ocupadas

Foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve, etc.

Pessoas desocupadas

Foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

Condição de atividade

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativas e não economicamente ativas.

Pessoas economicamente ativas

As pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.

Pessoas não economicamente ativas

Foram definidas como não economicamente ativas na semana de referência as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas nesse período.

Posição na ocupação

Foram definidas oito categorias de posição na ocupação:

- a) **Empregado** - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;
- b) **Trabalhador doméstico** - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;
- c) **Conta-própria** - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado;
- d) **Empregador** - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

Definiu-se como empreendimento a empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio, etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados sócios ou trabalhadores não remunerados).

- e) **Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar** - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador;
- f) **Outro trabalhador não remunerado** - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda as instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo;
- g) **Trabalhador na produção para o próprio consumo** - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da

agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; e

Trabalhador na construção para o próprio uso - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Para efeito de divulgação, em todas as tabelas que apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar e outro trabalhador não remunerado são reunidas em uma única, que recebeu a denominação de não remunerado.

Categoria do emprego

Os empregados, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e outro.

A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, e pelos empregados regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (federais, estaduais e municipais ou de autarquias).

Os trabalhadores domésticos, quanto a categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.

Classificação da atividade

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida por meio da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria, a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

As atividades foram classificadas utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar mantém-se idêntica à CNAE nos níveis mais agregados - seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e atacado - reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm

nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. Desta forma, a PNAD adere às padronizações nacional e internacional de classificação de atividades econômicas, uma vez que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE tem como referência a *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities - ISIC*, 3ª revisão, das Nações Unidas.

Rendimento mensal de trabalho

Considera-se como rendimento mensal de trabalho:

- a) Para os empregados - A remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, e,
- b) Para os empregadores e conta-própria - A retirada mensal ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal.
- c) É pesquisado o valor do rendimento em dinheiro e em produtos ou mercadorias, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio.

Os empregados e trabalhadores domésticos que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos, etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, foram incluídas no grupo “sem rendimento”.

Rendimento mensal de outras fontes

A investigação abrange todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Considera-se como rendimento mensal de outras fontes:

- a) O rendimento mensal, no período de referência, normalmente recebido de aposentadoria paga por instituto de previdência ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência, governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia; abono de permanência; aluguel; e doação ou mesada (proveniente de pessoa não-moradora na unidade domiciliar); e
- b) O rendimento médio mensal, no período de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos, etc.); parceria; etc.

Principais indicadores

– **Taxa de atividade**

É a percentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade.

– **Taxa de desocupação**

É a percentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

– **Rendimento mensal**

A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constitui o rendimento mensal apresentado para as pessoas de 10 anos ou mais de idade e para as economicamente ativas. O rendimento mensal apresentado para as pessoas não economicamente ativas é o oriundo de outras fontes.

2 RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

A Relação Anual de Informações Sociais é um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE - criado para fins operativos. As estatísticas geradas não foram criadas originalmente para levantamento de informações relativas ao mercado de trabalho, mas representa um censo anual do emprego formal no Brasil, uma vez que devem apresentar declaração anual a RAIS todos aqueles que, independente da organização empresarial, tenham mantido, como empregadores, alguma relação de emprego em algum momento do ano a que se referem as informações. Conforme informações do Ministério do Trabalho e Emprego, a RAIS cobre cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro.

A RAIS é respondida entre janeiro e março de cada ano, com informações relativas a todo o ano anterior no tocante as relações de emprego (qualquer tipo de vínculo empregatício: estatutários, celetistas, temporários, avulsos) ocorridas em qualquer período ao longo desse ano. Com divulgação anual, é utilizada, principalmente, para análises estruturais do mercado de trabalho.

A RAIS Estabelecimentos (RAISESTB) apresenta informações referentes a unidade estabelecimento empregador, desagregadas segundo localização, atividade econômica, tamanho do estabelecimento, quantidade de empregos (estoque em 31/12), natureza jurídica do estabelecimento e nível geográfico. Segundo os dados de 2002, entre os estabelecimentos que declaram a RAIS cerca de 3.400.000 correspondem à RAIS Negativa, e 2.400.000, à RAIS com vínculos empregatícios.

A RAIS vem captando informações segundo o novo código de Atividade Econômica – CNAE / 95. Tais informações são compatibilizadas ao código IBGE de 1980, com o intuito de preservar estudos que envolvam séries históricas. É importante assinalar que a maior agregação sugerida pelo MTE vai até aos 26 subsetores da economia.

A RAIS Empregados fornece informações individualizadas sobre cada um dos vínculos empregatícios que o estabelecimento tenha mantido durante o ano base. As informações mais relevantes sobre o empregado são: Faixa etária, Grau de instrução, Gênero, Ocupação, Remuneração média, Tipo de vínculo (celetista, estatutário, temporário e avulso), Nacionalidade, Tempo de serviço, Tipo de admissão, Causa do desligamento.

Os principais conceitos e indicadores da RAIS serão apresentados a seguir:

Principais conceitos

Vínculos empregatícios: Entende-se por vínculos empregatícios as relações de emprego, estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado. O número de empregos em determinado período de referencia corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

-
- a) O **trabalhador celetista** é aquele cuja relação de emprego é regida pela CLT, independentemente de o empregador ser do setor público ou privado.
- b) **Trabalhadores avulsos** são, conforme definidos em lei: estivadores, alvarengueiros, conferentes de carga ou descarga, vigias portuários, amarradores, trabalhadores avulsos do serviço de bloco, trabalhadores avulsos de capatazia, arrumadores, ensacadores de café, cacau, sal e similares e trabalhadores na indústria de extração do sal, na condição de avulsos, que prestam serviços por meio de sindicatos.
- c) **Trabalhadores temporários**, regidos pela Lei nº. 6.019, aqueles que prestam trabalho a uma empresa para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente, ou ao acréscimo extraordinário de serviço.
- d) **Trabalhadores por prazo determinado**, regidos pela Lei nº 9.601, são aqueles que podem ser contratados por um período máximo de dois anos, desde que esse tipo de contrato tenha sido previsto em convenção ou em acordo coletivo.

Estabelecimento

O levantamento da RAIS é feito em nível de estabelecimento, considerando-se como tal as unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços distintos.

Tamanho do Estabelecimento

O tamanho do estabelecimento é determinado pelo número de empregos nele existente em 31 de dezembro do ano-base. Os estabelecimentos do tamanho zero são aqueles que, apesar de não possuírem empregados em 31 de dezembro, tiveram pelo menos um empregado ao longo do ano.

Faixa etária

O enquadramento dos vínculos na faixa etária considera os anos completos em 31 de dezembro.

Admissão e desligamento:

Os conceitos de admissão e desligamento utilizados na RAIS referem-se também às transferências de empregados, de um estabelecimento para outro, da mesma empresa.

Por admissão entende-se toda entrada de trabalhador no estabelecimento no ano, qualquer que seja sua origem e, por desligamento, toda saída de pessoa cuja relação de emprego com o

estabelecimento cessou durante o ano por qualquer motivo (demissão, aposentadoria, morte), seja por iniciativa do empregador ou do empregado. As entradas e saídas por transferências aparecem incluídas, respectivamente, nas admissões e nos desligamentos.

Remuneração média mensal em salário mínimo

A remuneração média mensal em salários mínimos é definida como a média aritmética das remunerações individuais no mês de referência, convertidas em salários mínimos, no período vigente do ano-base.

Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais, gratificações, etc. Está excluída a remuneração do 13º Salário.

Principais indicadores

- a) **Área geográfica:** Todo o território nacional. Desagregação geográfica: Brasil, Regiões Naturais, Mesoregiões, Microrregiões, Unidades Federativas e Municipais.
- b) **Nível setorial:** Grande setor, setor, subsetor, seção, divisão, grupo ou classe de Atividade Econômica exercida pelo estabelecimento informante segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);
- c) **Nível ocupacional:** Grande grupo, subgrupo ou grupo de base de ocupação exercido pelo empregado segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);
- d) **Informações do indivíduo:** empregos em 31 de dezembro e admitidos e desligados segundo gênero, idade, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos, desagregados em nível ocupacional, geográfico e setorial. Contém informações sobre número de empregos por tamanho de estabelecimento, massa salarial e nacionalidade do empregado;
- e) **Informações do vínculo empregatício:** mês de admissão, mês de desligamento, horas contratuais (semana), faixa de horas contratuais, faixa de remuneração em dezembro, faixa de remuneração média mensal, tempo de emprego, remuneração de dezembro em SM, remuneração média do ano, causa do desligamento, em atividade em 31/12 do ano de referência (sim/não), tipo de admissão (primeiro emprego, reemprego, transferência com ônus, transferência sem ônus, outros) e tipo de vínculo (estatutários, celetistas, temporários, avulsos). Cabe ressaltar que a investigação das horas contratuais na semana, além de algumas modificações residuais, são incorporadas a RAIS a partir de 1994, o que exige certa atenção mas não impossibilita a comparação ao longo do tempo;

-
- f) **Outros atributos do estabelecimento:** natureza jurídica do estabelecimento e tamanho do estabelecimento.

A RAIS, por constituir levantamento junto apenas aos estabelecimentos empregadores, não possibilita comparações diretas com os resultados da PNAD e PED, que constituem levantamentos domiciliar. Desse modo, a RAIS servirá apenas como mais um recurso para a análise, ressaltando-se a sua limitação quanto à possibilidade de cobrir setores importantes da força de trabalho, sobretudo os que se situam no mercado informal.

O registro administrativo RAIS fornece informações estatísticas extremamente ricas sobre o mercado de trabalho formal, mas deve-se atentar para as limitações próprias deste tipo de coleta de dados, ocasionadas pela carência de supervisão direta de respondentes em campo. A principal restrição refere-se a omissão ou sonegação de informações dos estabelecimentos obrigados a apresentar a declaração. Os principais problemas detectados são:

- Omissão ou sonegação de informações;
- Respostas incompletas;
- Erro de interpretação;
- Declarações agregadas na matriz, quando o procedimento correto seria o fornecimento dessas informações por estabelecimento. Em função desta falha, em alguns setores, percebem-se informações mais comprometidas que em outros. Inserem-se nesse contexto a Agricultura, a Administração Pública e a Construção Civil;
- Distorções geográficas e setoriais dos dados.

ANEXO II

Tabulações da PNAD/IBGE

TABELA 27

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por setor de atividade econômica. Região Nordeste e Rio Grande do Norte, 2005.

Setor de atividade econômica	Nordeste	Rio Grande do Norte
Agrícola	8.358.008	292.223
Indústria	2.260.009	150.976
Indústria de transformação	2.097.133	126.182
Construção	1.240.497	87.672
Comércio e reparação	3.672.694	243.511
Alojamento e alimentação	758.602	44.278
Transporte, armazenagem e comunicação	800.743	48.697
Administração pública	1.089.087	77.485
Educação, saúde e serviços sociais	1.796.577	121.763
Serviços domésticos	1.491.386	84.124
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	721.080	57.115
Outras atividades	930.883	46.483
Atividades mal definidas ou não declaradas	62.591	3.539
Total	23.182.157	1.257.866

Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

TABELA 28

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por contribuição para Instituto de previdência no trabalho principal. Brasil, Região Nordeste e Rio Grande do Norte, 2005.

Brasil, Região Nordeste e Rio Grande do Norte		Ano			
		2002	2003	2004	2005
Brasil	Total	78.958.866	80.163.481	84.596.294	87.089.976
	Contribuintes	35.509.983	37.003.433	39.180.302	41.087.832
	Não contribuintes	43.446.000	43.159.088	45.414.587	46.002.144
	Sem declaração	2.883	960	1.405	-
Nordeste	Total	21.514.958	21.870.947	22.413.607	23.182.157
	Contribuintes	5.738.764	6.012.056	6.252.979	6.587.100
	Não contribuintes	15.775.080	15.858.891	16.160.628	16.595.057
	Sem declaração	1.114	-	-	-
Rio Grande do Norte	Total	1.120.821	1.182.135	1.220.841	1.257.866
	Contribuintes	417.902	415.099	412.877	457.364
	Não contribuintes	702.919	767.036	807.964	800.502
	Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

TABELA 29

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por associação a sindicato. Brasil, Região Nordeste e Rio Grande do Norte, 2005.

Brasil, Região Nordeste e Rio Grande do Norte		Ano			
		2002	2003	2004	2005
Brasil	Total	78.958.866	80.163.481	84.596.294	87.089.976
	Associadas	13.299.208	14.169.802	15.200.906	15.983.590
	Não associadas	65.659.075	65.991.834	69.395.004	71.106.386
	Sem declaração	583	1.845	384	-
Nordeste	Total	21.514.958	21.870.947	22.413.607	23.182.157
	Associadas	3.568.424	3.959.221	4.130.926	4.351.869
	Não associadas	17.946.320	17.911.726	18.282.681	18.830.288
	Sem declaração	214	-	-	-
Rio Grande do Norte	Total	1.120.821	1.182.135	1.220.841	1.257.866
	Associadas	234.797	211.347	251.850	249.723
	Não associadas	886.024	970.788	968.991	1.008.143
	Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

TABELA 30

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo as classes de rendimento mensal do trabalho principal. Rio Grande do Norte, 2005.

Classes de rendimento mensal	Ano			
	2002	2003	2004	2005
Até ½	179.229	211.825	215.328	231.992
Mais de 1/2 a 1	274.410	336.729	355.297	356.415
Mais de 1 a 2	308.231	265.488	280.404	295.308
Mais de 2 a 3	87.443	101.167	65.528	69.964
Mais de 3 a 5	59.899	56.047	73.024	61.106
Mais de 5 a 10	44.450	27.072	36.045	43.389
Mais de 10 a 20	16.912	15.200	17.322	17.269
Mais de 20	9.662	4.749	4.684	5.755
Total	980.236	1.018.277	1.047.632	1.083.203

Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

ANEXO III

Tabulação RAIS/MTE

TABELA 31
Empregados formais por setor de atividade econômica.
Região Nordeste e Rio Grande do Norte, 2004.

Microrregiões	Total	Agropecuária	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	S.I.U.P.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública
Mossoró	43.999	6.395	3.970	5.619	186	2.224	8.890	8.784	7.931
Chapada do Apodi	3.099	116	24	248	19	68	324	325	1.975
Médio Oeste	2.148	59	0	22	8	11	70	26	1.952
Vale do Açu	14.481	5.179	333	1.053	117	597	1.292	1.710	4.200
Serra de São Miguel	2.450	0	0	7	34	4	81	58	2.266
Pau dos Ferros	5.821	1	0	177	88	283	636	485	4.151
Umarizal	2.948	3	7	60	28	22	188	164	2.476
Macau	7.146	624	793	391	17	2.265	569	453	2.034
Angicos	2.952	140	11	96	13	39	255	229	2.169
Serra de Santana	2.903	17	3	34	23	65	141	349	2.271
Seridó Ocidental	8.121	86	14	1.802	92	55	1.701	1.453	2.918
Seridó Oriental	9.389	98	370	2.431	94	224	1.448	857	3.867
Baixa Verde	2.414	132	24	76	18	13	285	357	1.509
Borborema	6.551	28	11	640	53	50	516	469	4.784
Potiguar Agreste	10.806	279	0	1.443	44	164	815	1.329	6.732
Potiguar Litoral	13.122	866	1	146	59	172	231	9.051	2.596
Macaíba	24.117	1.664	180	9.719	299	283	2.546	1.992	7.434
Natal	242.751	2.568	153	22.310	3.052	11.688	40.433	67.220	95.327
Litoral Sul	15.891	4.705	7	3.634	34	183	694	1.551	5.083
Total das Microrregiões	421.109	22.960	5.901	49.908	4.278	18.410	61.115	96.862	161.675

Fonte: MTE.RAIS

Elaboração: DIEESE

Obs.: S.I.U.P. – Serviços Industriais de Utilidade Pública.